

MENSAGEM Nº 656

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de dezembro de 2021.

Brasília, 25 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 990/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 02 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos**



Documento assinado com Certificado Digital por **Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 02/12/2021, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3044939** e o código CRC **8C732FDC** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009290/2021-80

SEI nº 3044939

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JANDYR FERREIRA DOS SANTOS

CPF.: 027.998.437-51

ID.: 31436044 – SSP PR

1975 Filho de Jandyrr Ferreira dos Santos e Maria Elmary Marchesini Moss Ferreira dos Santos, nasce 15 de março, em Coimbra, Portugal (brasileiro de acordo com o artigo 145, Inciso I, Letra C, da Emenda Constitucional de 1969)

Dados Acadêmicos:

1992-1994 Colégio Naval, Marinha do Brasil, Angra dos Reis/RJ
1996-1999 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR
2000 CGEnsino IRBr;
2002 PROFA I, IRBr
2003 Programa de Fellowship das Nações Unidas em Desarmamento
2007 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr - Tese intitulada "O Acordo de Cooperação Nuclear Civil Índia-EUA e o Regime Multilateral de Desarmamento e Não-Proliferação Nuclear: desafios e oportunidades para a atuação diplomática brasileira"

Cargos:

2000 Terceiro-secretário
2005 Segundo-secretário
2008 Primeiro-secretário, por merecimento
2010 Conselheiro, por merecimento
2018 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

2002 Embaixada em Buenos Aires, Estágio profissionalizante - Instituto Rio Branco
2002-2006 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (DDS), assistente e subchefe
2003 Missão junto à ONU, Nova York, terceiro-secretário em missão transitória;
2003 III sessão do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas sobre Rastreamento de Armas Pequenas e Armamento Leve, Nova York, chefe de delegação
2005 Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro Secretário em missão transitória. Assessor do Presidente da VII Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Embaixador Sergio de Queiroz Duarte
2006-2009 Missão junto à ONU, Nova York, segundo e primeiro secretário
2006 I, II e III sessão do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas sobre o Registro de Armas Convencionais, Nova York, Chefe de delegação
2009-2010 Embaixada em Nova Delhi, primeiro-secretário
2010-2012 Embaixada em Maputo, primeiro-secretário e conselheiro
2012-2014 Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social (SECOM), diretor de Relações Públicas no Exterior
2014 Membro do Grupo de Coordenação da Transição IANA ("IANA Transition Coordination Group - ICG") da "Internet Corporation for Assigned Names and Numbers - ICANN", em representação da América Latina e Caribe
2014-2016 Divisão da Sociedade da Informação (DI), chefe
2016-2018 Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC), chefe
2018/2019 Embaixada em Beirute, ministro-conselheiro
2019-2020 Embaixada em Beirute, encarregado de negócios, ai.
2021- Embaixada em Beirute, ministro-conselheiro

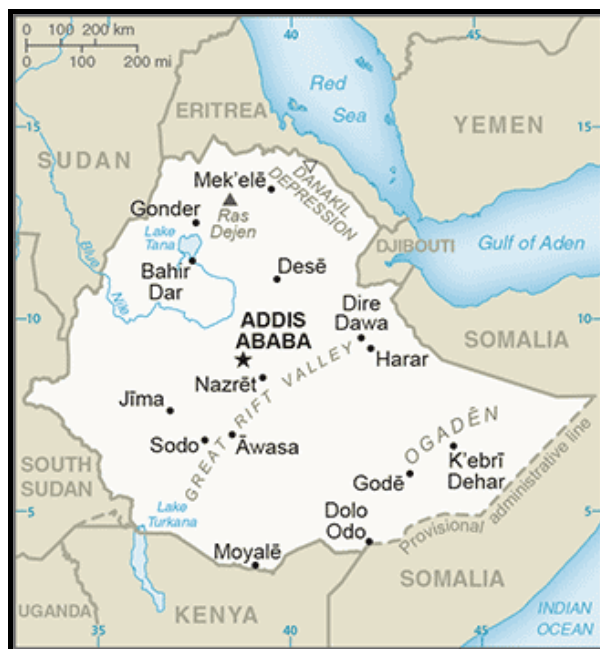
Condecorações

2018	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2018	Medalha Amigo da Marinha, Brasil
2019	Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA



MAÇO BÁSICO
Ostensivo
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Democrática Federal da Etiópia
GENTÍLICO	Etíope
CAPITAL	Adis Abeba
ÁREA	1 104 300 km²
POPULAÇÃO	112 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2019)
LÍNGUAS OFICIAIS	Amárico, oromo, afar, somali e inglês (a primeira é língua oficial desde 1930; as cinco últimas, desde 2020)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos ortodoxos (43,5%), muçulmanos (33,9%), cristãos protestantes (18,6%), animistas (2,6%), outras (1,4%) (Censo, 2007)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federativa Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Casa da Federação (<i>Yefedereshein Mikir Bete</i>) com 153 assentos para mandatos de 5 anos, e Casa dos Representantes do Povo (<i>Yehizb Tewokayoch Mekir Bete</i>) com 547 eleitos diretamente por 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Presidente Sahle-Work Zewde (desde outubro de 2018)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abiy Ahmed (desde abril de 2018, reconduzido em outubro de 2021)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Demeke Makonnen (desde novembro de 2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2020)	US\$ 95,59 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 272,02 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2020)	1,9% (2020); 9% (2019); 7,7% (2018); 10,1% (2017); 8% (2016); 10,4% (2015); 10,3% (2014);
PIB PER CAPITA (FMI, 2020)	US\$ 974,09
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2020)	US\$ 2 770,00
IDH (PNUD, 2019)	0,485; (173ª na classificação)
EXPECTATIVA DE VIDA (CIA, 2021)	67,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (CIA, 2021)	51,8%
DESEMPREGO (PNUD, 2019)	2,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Birr (USD 1 = ETB 40,25)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Yalew Abate Reta (desde 2018)
EMBAIXADOR EM ADIS ABEBA	Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso (desde 2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – FONTE: COMEX

BRASIL ↔ ETIÓPIA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	48,5	34,3	55,4	62,8	20,8	22,1	13,7	30,6	25,9	8,0	11,7
Exportações	48,4	34,2	55,2	62,7	20,6	22,0	13,6	30,3	25,8	7,9	11,6
Importações	0,04	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,06	0,1	0,1
Saldo	48,4	34,2	55,0	62,7	20,5	21,9	13,6	29,9	25,7	7,8	11,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

SAHLE-WORK ZEWDE **Chefe de Estado** **Presidente**



Nasceu em Adis Abeba, em 21 de fevereiro de 1950. Graduou-se em Ciências Naturais pela Universidade de Montpellier (França) antes de ingressar no serviço diplomático etíope. Como diplomata, chefiou as embaixadas da Etiópia no Senegal, no Djibuti e na França, além de ter sido representante permanente etíope na UNESCO. Serviu, ainda, como representante permanente da Etiópia na União Africana (UA) e na Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA).

Exerceu também funções na Organização das Nações Unidas (ONU) como representante especial do SGNU na República Centro Africana, Diretora-Geral do Escritório da ONU em Nairóbi e Chefe do Escritório das Nações Unidas na União Africana.

Em outubro de 2018, Sahle-Work foi eleita pelo parlamento etíope como Presidente da Etiópia, a primeira mulher a exercer o cargo no país.

ABIY AHMED ALI
Chefe de Governo
Primeiro-Ministro



Nasceu em Beshasa, na Estado Regional Nacional de Oromia, em 15 de agosto de 1976. Graduado em Ciências da Computação, é doutor em Mediação de Conflitos pela Universidade de Adis Abeba. Ingressou na carreira militar em 1993, e atuou nas áreas de inteligência e de comunicação, tendo sido reformado com a patente de coronel. Abiy Ahmed iniciou sua carreira política na Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO, na sigla em inglês), partido no poder na região de Oromia desde 1993 e então integrante da Frente Democrática Revolucionária dos Povos da Etiópia (EPRDF, na sigla em inglês). Em 2010, foi eleito membro do Parlamento. Em 2015, foi reeleito. No mesmo ano, assumiu o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia. Em abril de 2018, após renúncia de Hailemariam Desalegn, ascendeu ao cargo de primeiro-ministro. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 2019, por haver liderado a reaproximação entre seu país e a Eritreia, pondo termo à longa disputa de fronteira entre os dois países.

DEMEKE MEKONNEN
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Vice-primeiro-ministro



Nasceu na província de Gojame, atualmente parte do Estado Regional Nacional de Amara, em 1963. É formado em Biologia pela Universidade de Adis Abeba, com mestrado em Ciência Política pela Universidade de Bradford (Inglaterra). É vice-presidente do Partido da Prosperidade (PP), fundado pelo primeiro-ministro Abiy Ahmed em 2019, após dissolver a Frente Democrática Revolucionária dos Povos da Etiópia (EPRDF), que governou o país entre 1991 e 2019. Entre 2010 e 2019, liderou o Partido Democrático Amara, que integrava o EPRDF. Atuou também como ministro da Educação de 2010 a 2014. Além de ministro dos Negócios Estrangeiros, acumula o cargo de vice-primeiro-ministro da Etiópia, função que exerce desde 2012.

Em abril de 2014, na qualidade de vice-primeiro-ministro, Mekonnen liderou delegação etíope da área de ciência e tecnologia, interessada em conhecer o Programa Espacial Brasileiro e as políticas públicas implementadas na área. Em Brasília, Mekonnen manteve reuniões de trabalho no Ministério da Ciência e Tecnologia, na Agência Espacial Brasileira, no CNPq e na Embrapa.

APRESENTAÇÃO

A República Federal Democrática da Etiópia está situada na África Oriental, na sub-região do Chifre da África. É o país de maior peso nessa área, próxima do Oriente Médio e banhada pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Áden, por onde passam movimentadas rotas marítimas ligando o Oceano Índico ao Mar Mediterrâneo, por meio do Canal de Suez.

A Etiópia faz fronteira com a Eritreia, ao norte; com o Djibuti e a Somália, a leste; com esta e o Quênia, ao sul; e com o Sudão do Sul e o Sudão, a oeste. Desde a independência da Eritreia, em 1993, o país não tem acesso ao mar, utilizando-se, sobretudo, do Porto de Djibuti para suas trocas comerciais.

País de longa história, as origens da Etiópia remontam ao Reino de Axum (80 a.C. até 825 d.C.), uma das mais ricas civilizações da antiguidade tardia, ao lado da China, da Pérsia, do Egito e de Roma. O Rei Ezana, de Axum, adotou o cristianismo como religião oficial em princípios do século IV d.C., o que faz da Etiópia a segunda nação cristã mais antiga do mundo, depois da Armênia.

Durante o domínio colonial europeu na África, a Etiópia foi o único país do continente a manter-se independente, à exceção do curto período de ocupação italiana (1936-1941). Desse modo, logrou tornar-se membro da Sociedade das Nações e, posteriormente, membro fundador da Organização das Nações Unidas. Durante a descolonização, muitas nações africanas adotaram as cores da Etiópia em suas próprias bandeiras nacionais, e Adis Abeba foi escolhida como sede das organizações pan-africanas, a Organização da Unidade Africana (OUA) e sua sucessora, a União Africana (UA).

Com estimados 112 milhões de habitantes, a Etiópia é o segundo país mais populoso da África e a sétima maior economia do continente. Tem figurado entre os países com maior crescimento econômico no mundo, o que tem permitido ao país avançar na redução da pobreza. Entre 2004 e 2019, a média da taxa de crescimento anual do PIB etíope foi de 10,3%.

Adis Abeba é conhecida como a “capital diplomática” do continente, devido ao histórico de sua diplomacia, ao fato de ser sede da UA e à promoção de estabilidade securitária em seu entorno regional.

Para o Brasil, essas credenciais vêm tornando a Etiópia parceiro de crescente relevância no continente africano. A Etiópia, por sua vez, identifica o Brasil como importante parceiro, entre os países emergentes.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Etiópia estabeleceram relações diplomáticas em 1951. Em maio daquele ano foi criada a Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, funcionando cumulativamente com a Legação do Brasil no Cairo. Em julho de 1956, a sede da Legação foi transferida para Beirute. Em 1961, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba, mas o primeiro embaixador foi designado apenas em 1967. Em 1970, contudo, a embaixada foi desativada, e a representação brasileira junto ao país voltou a ter caráter cumulativo. A Embaixada do Brasil em Adis Abeba foi reaberta em 2005. A Etiópia, por sua vez, estabeleceu embaixada residente no Brasil em 2011, a primeira do país na América do Sul. Em outubro de 2021, a Embaixada da Etiópia em Brasília foi fechada temporariamente, no âmbito de ampla reestruturação empreendida pela Chancelaria etíope, que resultou no fechamento de 31 das 61 missões diplomáticas que aquele país mantinha no exterior.

Até a década de 2000, registraram-se esparsas visitas de alto nível entre os dois países, com destaque para a visita do Imperador Haile Selassie I (1930-1974) ao Brasil, em dezembro de 1960, ocasião em que foi recebido pelo presidente Juscelino Kubitschek. Durante sua estada em território brasileiro, ocorreu tentativa frustrada de golpe de estado na Etiópia, que obrigou o imperador etíope a retornar antecipadamente a seu país.

A reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba, em 2005, deu novo impulso ao relacionamento bilateral e inaugurou processo de intensificação da troca de visitas de alto nível. A iniciativa brasileira teve importância não apenas para o estreitamento das relações com a Etiópia, mas também para a intensificação do diálogo com a União Africana (UA).

Ainda em 2005, o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, realizou visita de trabalho à capital etíope, acompanhado de delegação integrada por representantes do ministério da Saúde, da Embrapa e do setor privado brasileiro. Na ocasião, manteve audiências com seu homólogo, Seyoum Mesfin, com o presidente da Comissão da UA, Alpha Oumar Konaré, e com o secretário-executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), também sediada em Adis Abeba.

A abertura da Embaixada da Etiópia em Brasília, em 2011, denotou, por sua vez, a expectativa etíope em relação ao Brasil, identificado como importante parceiro emergente. A Etiópia vê na cooperação com o Brasil instrumento não apenas para viabilizar seu projeto de desenvolvimento, particularmente nas áreas agrícola,

energética e de infraestrutura, mas também para o fortalecimento de suas políticas públicas, em especial na área social.

Com a abertura da missão etíope em Brasília, os contatos de alto nível tornaram-se mais frequentes. O então subsecretário-geral de Assuntos Políticos III do Itamaraty, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, visitou Adis Abeba regularmente como representante brasileiro nas Cúpulas da UA (2011, 2012 e 2013), bem como no funeral do primeiro-ministro Meles Zenawi, em agosto de 2012. Nessas ocasiões, sempre manteve encontros com altas autoridades etíopes.

Em abril de 2012, o então chanceler Antônio Patriota realizou visita oficial à Etiópia, ocasião em que foi recebido pelo então primeiro-ministro Meles Zenawi e manteve encontro de trabalho com seu homólogo à época, Hailemariam Desalegn. Este último manifestou interesse em atrair investimentos brasileiros, principalmente para projetos de infraestrutura, energia e mineração. Durante a visita, foram também assinados cinco atos bilaterais, entre os quais o Acordo de Cooperação Técnica, em etapa de promulgação pelo lado brasileiro. Esse acordo é importante para a efetivação do potencial de cooperação existente entre os dois países, principalmente nas áreas de agricultura, combate à pobreza e à fome, biocombustíveis e saúde.

A visita da então Presidente Dilma Rousseff a Adis Abeba, em maio de 2013, por ocasião das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana, foi a primeira de Chefe de Estado brasileiro à Etiópia. Na ocasião, foram celebrados quatro novos atos bilaterais, entre os quais se destacam o Acordo de Cooperação Educacional, em vigor desde abril de 2019; o Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, em vigor desde janeiro de 2019; e o Acordo de Serviços Aéreos, em vigor desde setembro de 2018.

Em julho de 2013, a Ethiopian Airlines, empresa estatal etíope, passou a operar a rota aérea Adis Abeba-São Paulo, em clara indicação do potencial das relações com o Brasil. Trata-se do primeiro voo comercial a conectar a África Oriental ao Brasil e, segundo a companhia, a conexão mais rápida entre a América do Sul e a China. A Ethiopian é considerada a maior empresa aérea africana, com frota de cerca de 80 aeronaves e ambiciosos planos de expansão, sendo, portanto, potencial cliente da Embraer. Em junho de 2015, a Ethiopian Airlines passou a beneficiar-se, na rota Adis Abeba-São Paulo, do Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional (ADT).

Em março de 2016, o então chanceler Mauro Vieira visitou Adis Abeba e manteve encontro com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Tedros Adhanom Ghebreyesus – hoje diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). No contexto da visita, foi assinado memorando para a promoção de comércio e investimentos e foram iniciadas tratativas para a assinatura do Acordo de Cooperação

e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre os dois países. As negociações do acordo foram concluídas em agosto de 2017 e o documento foi assinado em abril de 2018, no contexto da realização da I Reunião de Consultas Políticas, chefiada, pelo lado brasileiro, pelo então subsecretário para África e Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu. O acordo está em tramitação no Congresso Nacional.

A II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Etiópia foi realizada em maio de 2021, por videoconferência, e presidida pelo secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, embaixador Kenneth Haczynski da Nóbrega.

Quanto a visitas de altas autoridades etíopes ao Brasil, registrem-se a presença do primeiro-ministro Meles Zenawi no Brasil, em junho de 2012, à frente da delegação etíope na Conferência Rio+20; do ministro do Desenvolvimento Urbano e Construção, Hailemeskel Hailemarkos, em abril de 2012; do ministro das Finanças, Sufian Ahmed, em dezembro de 2012; do ministro do Desenvolvimento Urbano da Etiópia, Mekuria Haile, em dezembro de 2013; do vice-primeiro-ministro Demeke Mekonnen, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia, em abril de 2014; do ministro da Agricultura e Recursos Naturais, Eyasu Abraha Alle, à frente de missão de aprendizagem sobre boas práticas na área agrícola, com enfoque na produção do café, em dezembro de 2017; da ministra de Recursos Hídricos, Irrigação e Eletricidade, Wro Frenesh Mekuria, em março de 2018; e da ministra da Saúde, Lia Tadesse, à frente de delegação etíope da área social, em junho de 2019.

Embora as relações com a Etiópia tenham-se aprofundado desde 2005, ainda há vasto espaço para a ampliação e diversificação do relacionamento bilateral, em especial nos planos econômico-comercial, da cooperação técnica e do diálogo político.

Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral com a Etiópia, fortemente desequilibrado em favor do Brasil, ainda é modesto (menos de 0,01% do comércio do Brasil com o mundo). Após atingir o pico histórico de US\$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 78,1% entre aquele ano e 2016, quando somou US\$ 13,7 milhões. Em 2017, houve incremento de 123% na corrente de comércio, que somou US\$ 31 milhões. A partir de 2018, o comércio bilateral tem oscilado. Em 2018, a corrente de comércio totalizou US\$ 26 milhões, recuo de 15,5% em relação ao ano anterior. Em 2019, o intercâmbio totalizou apenas US\$ 8 milhões, queda de quase 70% em relação a 2018. Em 2020, o comércio bilateral voltou a aumentar, somando US\$ 12 milhões, um aumento de 45% em relação ao ano anterior. Naquele ano, o saldo comercial em favor do Brasil foi de US\$ 11 milhões.

Em 2020, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Etiópia foram preparações alimentícias, máquinas e aparelhos agrícolas, e lubrificantes. No mesmo ano, o Brasil importou da Etiópia, sobretudo, itens de vestuários.

Em um contexto de estratégia de desenvolvimento que inclui grandes obras de infraestrutura, o lado etíope tem manifestado reiteradamente interesse em atrair investimentos brasileiros para projetos estratégicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo nas áreas de infraestrutura, energia e mineração.

Espera-se que a assinatura do ACFI Brasil-Etiópia, ocorrida em abril de 2018, contribua para elevar o interesse de empresas brasileiras por investir naquele país.

Cooperação técnica

Como o acordo de cooperação técnica entre Brasil e Etiópia ainda não está em vigor, as iniciativas de cooperação são desenvolvidas ao abrigo de ato firmado com a União Africana em 2007, ou de acordos bilaterais sobre cooperação em temas específicos.

A cooperação em agricultura é especialmente relevante para a Etiópia, tendo em conta a vulnerabilidade do país a secas e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar de sua população. Ademais, a Etiópia manifesta interesse pela cooperação técnica brasileira nas seguintes áreas: segurança alimentar, energia e saneamento básico. Nesse sentido, a Agência Brasileira de Cooperação já desenvolveu atividades de cooperação voltadas para técnicas de produção agrícola em regiões semiáridas (2008); compartilhamento de experiências em biocombustíveis (2009-2010); e irrigação agrícola em pequena escala (2011).

Atualmente, estão em execução projetos bilaterais nas áreas florestal e da cotonicultura, bem como projetos trilaterais dedicados aos setores de segurança alimentar e saneamento básico. O projeto bilateral para o fortalecimento do manejo sustentável de florestas na Etiópia, iniciado em 2013 e com término previsto para 2022, tem por objetivo o aumento da capacidade técnica das instituições e dos agricultores locais na manutenção das florestas nativas e o reflorestamento de espaços degradados.

Também bilateral, o projeto “Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão”, iniciado em 2021 e com término previsto para 2022, busca impulsionar o desenvolvimento de variedades de algodão mais adaptáveis às condições locais dos países africanos, por meio da criação de rede sustentável de troca de material genético e de conhecimento entre os pesquisadores e técnicos dos países partícipes, entre os quais a Etiópia. Como ponto de partida, será

realizado, primeiramente, levantamento do setor algodoeiro de cada país, no qual serão destacados os aspectos de maior interesse e relevância na produção de algodão.

O projeto trilateral de apoio ao desenvolvimento de programa sustentável de alimentação escolar na Etiópia, iniciado em 2010 e com término previsto para 2022, é desenvolvido em parceria com o Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em parceria com o UNICEF, a ABC desenvolve projeto trilateral voltado para o fortalecimento das políticas públicas de saneamento básico da Etiópia, por meio da criação de sistema de regulação dos serviços (marco regulatório e agências reguladoras).

Cooperação humanitária

No plano humanitário, em 2011, a Etiópia foi incluída entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), estoques públicos de alimentos. Naquele ano, foram doadas 500 toneladas de feijão. Em 2012, foram enviadas à Etiópia 21.500 toneladas de arroz. No ano seguinte, foram doadas 1.500 toneladas de arroz.

Desde 2012, a Etiópia também é parte do programa PAA África (“Purchase from Africans for Africa”), iniciativa conjunta entre o Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o PMA, com apoio do Reino Unido, para promover as compras locais de alimentos como instrumento de sustentabilidade da assistência alimentar.

Também no âmbito da cooperação humanitária prestada pelo governo brasileiro, deve-se registrar a contribuição ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atender refugiados na Etiópia do conflito somali, em 2011, bem como doação, naquele mesmo ano, ao Fundo de População das Nações Unidas para Desenvolvimento, na Etiópia, de projeto de prevenção às diferentes formas de violência sexual entre mulheres e meninas deslocadas em zonas de conflito.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Etiópia é atendida pela Embaixada do Brasil em Adis Abeba. Não há consulados honorários. Em 2021, a comunidade brasileira residente em Adis Abeba está estimada em aproximadamente 50 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

A atual configuração do território etíope surgiu na segunda metade do século XIX. Sob pressão da partilha da África pelas potências europeias e de invasões do Egito e do Sudão, o Império da Etiópia, até então situado no planalto central etíope, buscou expandir seu território para as terras baixas ao sul, ao oeste e a leste, a fim de resistir às ofensivas europeias e de manter-se independente. Com isso, incorporou em seu domínio as populações das etnias sidama, gurage, wolayta, afar, harari e somali, entre outras. O maior símbolo dessa resistência foi vitória da Etiópia, sob comando do Imperador Menelik II, sobre as forças invasoras italianas na Batalha de Adwa (1896).

O governo de Haile Selassie I

No início do reinado de Haile Selassie I, que ascendeu ao trono em 1930, a Etiópia novamente teve de enfrentar ofensiva expansionista da Itália. Diferentemente de 1896, os etíopes não resistiram, e o país foi ocupado entre 1936 e 1941. Neste último ano, com o apoio de tropas britânicas, forças nacionalistas etíopes expulsaram os italianos, e Selassie reassumiu o trono. A Etiópia permaneceu o único país da África que jamais foi colonizado por potência europeia.

Em 1952, foi criada a Federação da Etiópia e Eritreia, à qual se seguiu a anexação do segundo país pelo primeiro, em 1962. O Imperador Selassie empreendeu reformas para modernizar o Estado, mas o envolvimento da Etiópia em disputa territorial com a Somália e sucessivas revoltas camponesas desgastaram, progressivamente, o regime. No final dos anos 1960, o quadro era de descontentamento generalizado, alimentado por estagnação econômica, altas taxas de inflação e desemprego.

Em fevereiro de 1974, greves generalizadas na capital e rebeliões nas Forças Armadas forçaram a renúncia do Primeiro-Ministro Aklilu Wold, no cargo desde 1961.

O Derg

Ainda em 1974, o Imperador foi deposto, vindo a falecer menos de um ano depois. O poder passou ao Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC) ou “Derg” (“comitê”, em amárico), integrado por 120 membros egressos das Forças Armadas. Após período de conflitos internos, que culminou no assassinato do presidente do Conselho e Chefe de Estado, General Aman Andon, o Derg

consolidou-se e anunciou, em dezembro de 1974, sua opção pelo modelo comunista, aproximando-se da União Soviética e de Cuba.

Dois meses depois, mais de cem companhias estrangeiras foram nacionalizadas ou parcialmente ocupadas. Após longo debate interno, o Derg optou pela linha marxista-leninista adotada pelo “All Ethiopia Socialist Movement”, partido apoiado pelo vice-presidente do Conselho, Coronel Mengistu Haile Mariam, favorável à manutenção do regime militar.

O Partido Revolucionário do Povo da Etiópia (EPRP), também socialista, que defendia, porém, o estabelecimento de governo popular civil e a autodeterminação da Eritreia, passou à oposição. Em fevereiro de 1977, após eliminar a dissidência interna no Derg, contrária à militarização do regime, Mengistu assumiu a Presidência e intensificou a repressão.

Com a eliminação do EPRP, a oposição refugiou-se em Tigré, região norte do país, onde estabeleceu a Frente de Libertação do Povo do Tigré (TPFL), que se aliou aos separatistas eritreus na luta de guerrilha contra o governo estabelecido em Adis Abeba. Enquanto isso, o Derg procurou consolidar a revolução socialista, mediante a criação, em 1984, do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, que tinha por modelo o Partido Comunista soviético. Em 1987, foi promulgada nova Constituição, que instituiu a República Democrática da Etiópia. A partir de 1989, o afastamento do aliado soviético resultou no progressivo enfraquecimento do regime. As forças rebeldes da TPFL, incorporadas à coalizão Frente Democrática Revolucionária dos Povos da Etiópia (EPRDF) e aliadas aos separatistas da Eritreia, passaram então a obter sucessivas vitórias e lançaram ofensiva decisiva contra o regime em 1991.

Em maio daquele ano, os insurgentes conquistaram Adis Abeba e assumiram o poder, estabelecendo governo de transição liderado pelo líder da TPFL, Meles Zenawi.

A ascensão do EPRDF e a Constituição de 1995

Em julho de 1991, foi realizada conferência de paz, patrocinada por EUA e Reino Unido, em que se acordou a independência da Eritreia, formalizada por referendo popular em 1993. No plano interno, iniciou-se processo de descentralização, concedendo-se maior autonomia às regiões administrativas do país. Em 1995, realizaram-se eleições para as assembleias e governos locais, com ampla vitória da EPRDF. Paralelamente, o governo de transição iniciou programa de reformas econômicas com o objetivo de restabelecer a economia de mercado e reintegrar o país à economia mundial.

Nesse período, a coalizão de partidos étnicos agrupada em torno da EPRDF passou a ocupar posição de proeminência na política etíope. A TPLF, apesar de a

etnia tigrínia representar apenas 6,5% da população, era preponderante na coalizão governista, por sua liderança na luta contra o Derg. Partidos ligados às etnias demograficamente majoritárias – os oromos, e os amaras, respectivamente cerca de 35% e de 27% da população – também faziam parte da EPRDF, embora em posição política minoritária.

A atual Constituição, promulgada em agosto de 1995, formalizou o sistema de “federalismo étnico”, ao conceder relativa autonomia às regiões administrativas, com previsão, inclusive, do direito à secessão. Em termos orçamentários, contudo, os governos regionais dependem em grande medida do governo federal.

De acordo com o modelo do federalismo étnico, a Etiópia está dividida em dez estados regionais: Tigré; Oromia; Amara; das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul; Somali; Afar; Benishangul-Gumuz; Gambela; Harari; e Sidama. A capital, Adis Abeba, e a cidade de Dire Dawa têm estatuto autônomo.

O sistema de governo é parlamentarista. O Parlamento etíope é integrado por câmara baixa (Casa dos Representantes do Povo, com 547 deputados) e por câmara alta (Casa da Federação, com 110 senadores). Os deputados são eleitos por voto popular direto, para mandatos de cinco anos, enquanto os senadores são escolhidos pelos conselhos das regiões administrativas, igualmente para mandato de cinco anos. O Presidente da República, chefe de estado, exerce funções protocolares, sendo designado pelo Parlamento para mandato de seis anos. O primeiro-ministro é o chefe de governo, sem limite de mandato.

O Governo de Meles Zenawi (1991-2012)

O principal líder da TPLF, Meles Zenawi, foi presidente durante período de transição (1991-1994) e, após as eleições de 1995, tornou-se primeiro-ministro até sua morte, em 2012.

Na primeira década dos anos 2000, a EPRDF e Meles Zenawi seguiram sendo os atores principais da política etíope. Nas eleições de 2005, porém, os opositores conseguiram aumentar a representação na câmara baixa, conquistando 171 das 547 cadeiras. Ao contestar o resultado eleitoral, os opositores recusaram-se a assumir os assentos conquistados, o que desencadeou manifestações populares contrárias ao desfecho do pleito, as quais foram reprimidas, inclusive por meio de detenções de importantes lideranças oposicionistas. A partir de 2006, a justiça etíope passou a conceder, gradativamente, anistia aos presos políticos.

Nas eleições de 2010, o EPRDF obteve expressiva vitória, tendo assegurado 499 cadeiras na câmara baixa, ao passo que a oposição conquistou apenas duas vagas, e as demais foram preenchidas por partidos aliados ao EPRDF. Dessa maneira, Meles Zenawi foi reconduzido ao cargo de primeiro-ministro.

Durante o período em que Zenawi esteve à frente do país houve relativa estabilidade política e elevadas taxas de crescimento (acima de 10% entre 2004 e 2012). Em termos sociais, o país obteve significativos avanços na redução da pobreza.

O Governo de Hailemariam Desalegn (2012-2018)

Com a morte de Zenawi, em agosto de 2012, a Etiópia passou por importante teste de transição política. Devido à baixa participação relativa de etnias majoritárias na coligação governista, temia-se disputa interna para a escolha do novo PM. Adotou-se, contudo, saída legalista e consensuada, em processo estável e pacífico.

Em setembro de 2012, o vice-primeiro ministro Hailemariam Desalegn, de etnia wolayta e originário do estado regional das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul, foi confirmado como novo primeiro-ministro. Em 2015 foram realizadas novas eleições. Com mais uma vitória da EPRDF, Desalegn foi reconduzido ao cargo. Sem eleger deputados, a oposição mais uma vez contestou o pleito, o que, entretanto, não angariou o mesmo apoio popular de uma década antes.

Desalegn e representantes da coalizão governista deram continuidade às políticas da administração anterior. Dessa forma, a implementação do plano quinquenal etíope ("Plano de Transformação e Crescimento da Etiópia") para o período 2010-2015, tornou-se prioridade do novo governo. Foi atribuída particular atenção ao desenvolvimento agrícola; à continuidade dos grandes projetos de infraestrutura; e à necessidade de melhora na qualidade da educação e na prestação de serviços.

A criação dos três cargos de vice-primeiro-ministro, distribuídos entre os três principais partidos regionais que compõem a coalizão governista, conjugada ao fato de Desalegn ser de minoria étnica do sul do país, contribuiu para conferir maior representatividade ao governo. A preocupação da EPRDF em se apresentar como coalizão de diferentes grupos étnicos não modificou, contudo, a efetiva predominância dos tigrínios na tomada de decisões no país.

Ao longo dos últimos anos, os bons resultados da economia etíope (taxas de crescimento do PIB superiores a 10% a.a.), sempre com forte participação estatal, foram essenciais à estabilidade do regime político. Em seu segundo mandato, Desalegn reuniu as políticas públicas para o desenvolvimento etíope no Segundo Plano de Crescimento e Transformação 2015-2020 (GTP-II), o qual se associou aos conceitos da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

Mesmo com o significativo crescimento econômico, contudo, não foi possível acabar com o descontentamento popular, sobretudo nos estados regionais de Oromia e Amara. A combinação de crises regionais e intrapartidárias levaram à renúncia de Desalegn em fevereiro de 2018.

O Governo de Abiy Ahmed Ali (2018 -)

Após discussões sobre a sucessão de Desalegn, o Conselho da coalizão governista EPRDF indicou Abiy Ahmed como líder da agremiação, abrindo caminho para sua escolha como novo primeiro-ministro pelo Parlamento etíope, em 2 de abril de 2018.

Em seu primeiro discurso, Ahmed prometeu iniciar o processo de "cicatrização das feridas" pelo caminho da reconciliação. Defendeu o restabelecimento da paz com a Eritreia. Em junho de 2018, a promessa se concretizou com o anúncio da plena aceitação do Acordo de Argel, de dezembro de 2000, que havia encerrado a guerra com o vizinho setentrional.

Em seu primeiro ano, o governo de Abiy Ahmed implementou medidas reformistas, como a liberação de presos políticos e a demissão de altos funcionários civis e militares acusados de abusos de poder, e promoveu reaproximação com a Eritreia, cujas relações diplomáticas estavam rompidas desde o conflito militar de 1998. Em julho de 2018, Abiy Ahmed e o presidente eritreu assinaram histórica declaração de paz e amizade, que permitiu a retomada das relações entre os dois países.

Em 2019, o primeiro-ministro Ahmed dissolveu o EPRDF e criou nova agremiação, o Partido da Prosperidade, de caráter nacional e sem base étnica, com vistas às eleições gerais, inicialmente previstas para junho de 2020. A TPLF, porém, rejeitou dissolver-se e integrar o novo partido. Com a eclosão da pandemia, o governo etíope decidiu postergar, em um ano, as eleições gerais, prorrogando automaticamente os mandatos parlamentares e do primeiro-ministro. Paralelamente a esses acontecimentos, houve o retorno de protestos populares, em especial na Oromia, e de conflitos étnicos, sobretudo no estado regional de Benishangul-Gumuz.

As eleições nacionais foram realizadas em junho de 2021. Alguns partidos de oposição, sobretudo do estado regional de Oromia, boicotaram o pleito, que não foi realizado em algumas regiões ou localidades por razões de segurança. O Partido da Prosperidade obteve a maioria no Parlamento e o primeiro-ministro Abiy Ahmed foi reconduzido à chefia de governo em outubro de 2021 para mais um mandato de cinco anos.

O conflito em Tigré

Com o adiamento das eleições pelo governo, referendada posteriormente pelo Parlamento, em razão da pandemia, a tensão entre o governo federal e a TPLF aumentou. Contrária ao adiamento das eleições, a TPLF conduziu eleições regionais em Tigré, conforme o calendário eleitoral original, em junho de 2020, sagrando-se vitoriosa. O pleito regional à revelia de Adis Abeba acirrou os ânimos entre a TPLF e o governo federal, que interrompeu o repasse de recursos para o orçamento regional de Tigré. Em novembro de 2020, forças da TPLF atacaram unidade das Forças de Defesa Etíopes (EDF) em Tigré, alegando tratar-se de ação preventiva, o que motivou início de campanha militar de Adis Abeba.

As tropas federais capturaram Mekele, capital de Tigré, em novembro de 2020, alegadamente com apoio de forças da Eritreia e do estado regional de Amara. Após reagruparem-se, os tigrínios lançaram ataque surpresa contra as tropas federais, retomaram Mekele, em junho de 2021, e seguiram avançando além das fronteiras do Tigré. Em agosto de 2021, as Forças de Defesa do Tigré (TDF) forjaram aliança com o Exército de Liberação Oromo (OLA), grupo armado dissidente da Frente de Libertação Oromo (OLF). O OLA iniciou mais uma frente de batalha no estado regional de Oromia, ao sul de Adis Abeba.

Após breve pausa nos combates, o governo etíope retomou ofensiva terrestre e aérea contra os tigrínios em outubro. As Forças de Defesa do Tigré (TDF) rechaçaram essa ofensiva e avançaram em direção a cidades estratégicas. Ao sul, o OLA também estaria avançando em direção à capital.

Há relatos de graves violações dos direitos humanos no terreno. O conflito deteriorou também a situação humanitária em Tigré, com o aumento de refugiados, deslocados internos e da população em situação de fome e em necessidade de ajuda humanitária.

Recentemente, têm-se intensificado os esforços de mediação internacionais, com vistas a promover um cessar-fogo, a prestar assistência humanitária à população atingida e negociar solução pacífica entre as partes em conflito. A União Africana designou o ex-presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, como enviado especial ao Chifre da África. No início de novembro, Obasanjo manteve contatos em Adis Abeba e Mekele em prol do diálogo. O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou declaração à imprensa (5/11/21) e realizou sessão (8/11/21) sobre a situação na Etiópia. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana aprovou comunicado sobre a questão em 8/11.

POLÍTICA EXTERNA

A Etiópia adota o pragmatismo como princípio de sua política externa, voltada para a preservação da integridade territorial e para o desenvolvimento socioeconômico do país. Adis Abeba abriga as sedes da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), além de significativo número de representações diplomáticas (137, segundo dados do governo etíope), razão pela qual é considerada a “capital diplomática” da África.

Cercado por focos de tensão, o país busca projetar-se como “ilha de estabilidade” na região do Chifre da África e tem privilegiado o relacionamento com parceiros dispostos a prestar-lhe ajuda econômica e militar, bem como cooperação técnica. O papel da Etiópia nos processos de promoção e manutenção da paz e segurança no entorno regional vem sendo amplamente reconhecido pela comunidade internacional. Importante contribuinte de tropas para operações de manutenção da paz da ONU, Adis Abeba ainda participa, com importante efetivo, de missões de paz realizadas pela União Africana, sobretudo a AMISOM, na Somália.

O engajamento no processo de reconstrução do estado na Somália, a mediação para o fim da crise no Sudão do Sul, a normalização das relações com a Eritreia, a luta contra o extremismo e o terrorismo, entre outras frentes de atuação etíopes, têm sido reconhecidos com significativos auxílios externos ao desenvolvimento do país.

Além das relações com os tradicionais parceiros internacionais, a Etiópia tem privilegiado o relacionamento com os principais países emergentes, considerados potencialmente estratégicos para a alavancagem de seu desenvolvimento econômico e social.

EUA

A Etiópia republicana permaneceu na órbita soviética até o final da década de 1980, quando a *perestroika*, a *glasnost* e a subsequente dissolução da URSS levariam ao fim da parceria estratégica entre os dois países. A deposição do regime de Mengistu, em 1991, e a retirada da URSS da região ocasionaram nova mudança de rumo na política externa etíope, que voltou a privilegiar o relacionamento com os EUA e a Europa ocidental. A Etiópia tornou-se, desde então, um dos maiores recipiendários de assistência ao desenvolvimento de doadores tradicionais na África subsaariana.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 reforçaram a parceria com a Europa e com os EUA, em particular, que passou a ver Adis Abeba como aliada-chave na “guerra contra o terror”, devido, principalmente, a sua posição estratégica no Chifre da África. Operações conjuntas nos planos militar e de inteligência foram intensificadas. A intervenção etíope na Somália, em 2006, com o objetivo de pôr fim

ao domínio da União das Cortes Islâmicas (UIC) ajudou a cimentar as relações com os Estados Unidos.

China

A China é o principal parceiro comercial da Etiópia. O déficit comercial com o país asiático tem sido compensado pela concessão de créditos ao governo etíope. A China desponta como o maior provedor de financiamentos à Etiópia, normalmente direcionados para projetos executados por empresas chinesas, em especial nos setores agrícola, de infraestrutura e de energia.

Além da concessão de financiamento, a China é importante investidor no país. Destaca-se, nesse contexto, a instalação na Etiópia de fábricas automotivas e de equipamentos agrícolas. Ademais, a Etiópia constitui parceiro-chave para o projeto “Belt and Road Initiative” (BRI), que envolve vultosos investimentos em infraestrutura.

O elevado fluxo do comércio bilateral, bem como a crescente concessão de créditos e aportes de investimentos diretos, tornam a China prioridade natural para a diplomacia etíope. Nesse contexto, os dois países vêm passando por processo de grande intensificação do relacionamento, refletido em grande número de visitas bilaterais.

Egito

A Etiópia considera o aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Nilo como estratégico para o desenvolvimento socioeconômico e, portanto, central para sua política externa. A construção da Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD), no Nilo Azul, iniciada em 2011, possibilitará ao país atender crescente demanda energética (estima-se que cerca de 65% da população não tenha acesso a energia elétrica) e exportar o excedente gerado, o que também contribuirá para mitigar sua escassez de divisas. Quando estiver concluída, a GERD deverá ser a maior hidrelétrica em operação na África.

Contudo, a construção da GERD tem levantado suscetibilidades junto aos países à jusante da represa, em especial o Egito, que tem no Nilo mais de 97% de seu abastecimento de água e em cujas margens concentram-se 92% das terras aráveis do país. O governo egípcio acompanha com especial preocupação a construção da represa e teme a redução da vazão do trecho do Nilo que percorre seu território.

Desde julho de 2020, a União Africana busca mediar negociações de acordo definitivo sobre o cronograma de enchimento da represa.

Sudão

A relação bilateral com o Sudão deu salto qualitativo em 2003, quando a Etiópia concordou em resolver disputa fronteiriça que se arrastava há tempos, desocupando a região em litígio. Cartum, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária de Porto Sudão. A participação da Etiópia na mediação das negociações do Acordo Abrangente de Paz, em 2005, entre o Norte e o Sul do Sudão, e, mais recentemente, o engajamento do país na Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), região disputada por Sudão e Sudão do Sul, composta em sua maioria por militares etíopes, contribuíram significativamente para a aproximação entre os dois países. O ativo papel desempenhado por Adis Abeba no âmbito da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), organização regional do Chifre da África, também contribui positivamente para o relacionamento bilateral.

A queda do presidente Omar Al Bashir, em 2019, e a ascensão do Governo de Transição no Sudão levaram a mudanças na política externa sudanesa, inclusive em questões de interesse da Etiópia, como a GERD.

Entre fins de 2020 e começo de 2021, a disputa de fronteira entre os dois países ressurgiu. Forças sudanesas voltaram ao território que vinha sendo ocupado por agricultores etíopes.

Sudão do Sul

A Etiópia participa ativamente da mediação conduzida pela IGAD do processo de paz no Sudão do Sul, auspiciando solução política entre as facções em conflito que permita a paz duradoura naquele país. A Etiópia contribui ainda com tropas para a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS).

Eritreia

A aliança entre a TPLF e o movimento separatista eritreu foi crucial para a queda do Derg, a ascensão do EPRDF e a independência da Eritreia em 1993, após quase três décadas de luta.

A partir de então, Asmara e Adis Abeba passaram a manter relacionamento cordial, motivados pela interdependência econômica, a exemplo da criação de moeda comum. Em 1997, entretanto, a Eritreia adotou moeda própria, aumentando consideravelmente os custos das transações comerciais etíopes com o país vizinho, em especial no tocante à utilização do porto eritreu de Assab, então principal ponto de escoamento do comércio externo etíope. As tensões na esfera econômica contribuíram para a deterioração política do relacionamento bilateral. Em maio de 1998, os dois países entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteiriça de Badme.

Somente em dezembro de 2000, com a ativa participação da presidência de turno da Argélia da então existente Organização da Unidade Africana (OUA), negociações entre Etiópia e Eritreia resultaram em acordo de paz assinado em Argel e saudado pela comunidade internacional. Apesar disso, o relacionamento entre Adis Abeba e Asmara permaneceu tenso nas primeiras décadas do século XXI.

Em passo político histórico para a superação das rivalidades, o primeiro-ministro etíope, Abiy Ahmed Ali, defendeu em seu discurso de posse, em abril de 2018, o restabelecimento da paz com a Eritreia. Clamou pelo fim de “anos de desentendimentos” e instou os dirigentes do país vizinho a “adotar a mesma posição”. Declarou, ainda, que a Etiópia estava pronta para resolver as diferenças entre os dois povos, que “não estão apenas entrelaçados em interesses, mas também em sangue”, em referência à história partilhada entre os dois países.

Em seguimento a essas declarações iniciais, o governo da Etiópia anunciou, em junho de 2018, a aceitação, em sua plenitude, do Acordo de Argel. Em julho de 2018, Abiy Ahmed e o presidente eritreu Isaias Afewerki assinaram histórica declaração de paz e amizade, que permitiu a normalização das relações entre os dois países. O acordo rendeu ao primeiro-ministro Abiy Ahmed o Prêmio Nobel da Paz de 2019.

Djibuti

Em decorrência da guerra com a Eritreia, no fim da década de 1990, a Etiópia perdeu o acesso ao porto de Assab e teve de redirecionar seu fluxo de comércio para o porto de Djibuti. Desde então, as relações bilaterais tornaram-se mais intensas. Atualmente, cerca de 95% do volume de comércio exterior etíope passa pelo Djibuti. Empresas etíopes, por sua vez, controlam parte do setor de logística no país.

Mesmo que a Etiópia reduza sua dependência do porto de Djibuti, por meio da utilização de outros portos da região (Porto Sudão; porto de Berbera, na Somalilândia; e eventual retorno ao porto de Assab, na Eritreia), no curto e no médio prazos a relação entre Etiópia e Djibuti permanecerá estreita. O Djibuti importa do país vizinho quase toda a eletricidade e água potável que consome e depende, em larga medida, da renda gerada pelos serviços portuários prestados à Etiópia.

Ademais, a nova ferrovia eletrificada entre a Etiópia e o Djibuti, com extensão total de 756 quilômetros – a primeira deste tipo a ligar dois países africanos –, iniciou operações na primeira semana de janeiro de 2018. A obra foi financiada pela China, no âmbito da iniciativa “Belt and Road Initiative”. Os trens eletrificados destinam-se ao transporte tanto de passageiros quanto de cargas (inclusive, e crucialmente, combustível), encurtando o tempo de trajeto de mercadorias entre o porto de Djibuti e a Etiópia de três dias para doze horas.

Somália

Em dezembro de 2006, após meses de escalada nas tensões entre os dois países, a Etiópia interveio na Somália, com o objetivo de dar apoio ao Governo Federal de Transição (GFT) em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas (UIC). Ao longo desse ano, a UIC havia tomado controle de boa parte do sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio e o porto de Kismayo, deixando o GFT isolado em sua base em Baidoa. A invasão etíope foi rápida e bem-sucedida. Derrotados após dez dias de batalha, os militantes da UIC foram, em grande parte, deslocados em direção à fronteira com o Quênia, havendo o GFT se instalado em Mogadíscio.

No ano seguinte à presença etíope, a União Africana estabeleceu a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM), mandatada pelo CSNU. A AMISOM absorveu parte das tropas etíopes presentes em território somaliano.

Paralelamente à aproximação com Asmara, o presidente Abiy Ahmed tem buscado também maior entendimento entre Adis Abeba e Mogadíscio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Entre 2010 e 2019, a média da taxa de crescimento anual do PIB da Etiópia foi da ordem de 9,4%, o que situa a economia etíope entre aquelas de maior crescimento no mundo. Em 2020, contudo, o ritmo de crescimento do PIB etíope foi afetado pela pandemia de covid-19 e, em menor grau, por uma das piores pragas de gafanhoto dos últimos anos. Ainda assim, a Etiópia situa-se entre os poucos países do mundo cujo PIB não sofreu retração nesse ano, tendo crescido a uma taxa de 6%.

Os principais responsáveis pelo rápido crescimento da economia etíope foram a agricultura, o setor de serviços, a expansão dos investimentos públicos e a ampliação do consumo privado. Vale sublinhar, também, o bom desempenho dos novos setores industriais (como têxteis, calçados e aparelhos elétricos), o que indica progressiva maturação de investimentos e elevação da capacidade exportadora etíope.

A Etiópia apresenta, historicamente, saldo deficitário da balança comercial. Pelo lado das importações, verifica-se alta dependência do fornecimento de petróleo bruto e derivados, máquinas e bens manufaturados. E, pelo lado das exportações, predominam gêneros agrícolas – cerca de 56% das vendas externas em 2019 –, como café, chá, produtos hortícolas, óleo de sementes, oleaginosas, grãos, frutas e plantas vivas. O principal desafio dos últimos governos etíopes é reverter essa tendência deficitária, por meio da expansão das exportações de produtos manufaturados de maior valor agregado. O recente processo de industrialização e os planos de desenvolvimento foram responsáveis pela redução das importações de US\$ 14,2

bilhões em 2014 para US\$ 8,95 bilhões em 2019, o que representa queda de 55% do déficit na balança comercial. Contudo, as exportações sofreram queda de aproximadamente US\$ 479 milhões, totalizando US\$ 3,11 bilhões em 2019, redução de 14% em relação a 2014. Assim, a melhora do desempenho das exportações de manufaturados etíopes e a superação dos déficits na balança comercial seguirão sendo um dos principais desafios do governo etíope nos próximos anos.

Em 2019, os maiores fornecedores externos da Etiópia foram China (26,5%), Índia (9,25%) e França (8,8%). E os principais compradores foram China (16,6%), EUA (15,6%) e Emirados Árabes Unidos (8%). O Brasil é o 27º principal fornecedor externo da Etiópia e o 78º destino de suas exportações (dados de 2018).

Com vistas a dinamizar a economia do país, o governo etíope lançou, em 2020, o terceiro plano de desenvolvimento decenal *Growth and Transformation Plan* (GTP III). Os GTP I e II, quinquenais, centraram-se no desenvolvimento da infraestrutura do país; em projetos de investimento público na produção industrial; e em programas governamentais para redução da pobreza. As altas taxas de crescimento econômico aliadas a políticas públicas têm permitido ao país avançar na redução da pobreza. A parcela da população etíope vivendo abaixo da linha de pobreza, conforme o critério nacional, baixou de 30%, em 2011, para 24%, em 2016. O GTP III, por sua vez, enfatiza a expansão do setor privado do país, cuja economia apresenta ainda alto grau de participação estatal, em linha com a agenda reformista do primeiro-ministro Abiy Ahmed.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

400a.C.- 750	Formação, consolidação e declínio do Império Axumita onde hoje é a Etiópia
1270	Yekuno Amlak estabelece a dinastia salomônica sobre o Império da Etiópia
1490-1529	Guerras entre muçulmanos e cristãos
1889	Consolida-se monarquia única na região, sob a égide do Imperador Menelik I
1896	Governo etíope derrota o exército italiano na famosa Batalha de Adwa, impedindo temporariamente o expansionismo europeu
1930	Haile Selassie assume o trono etíope
1936-1941	Etiópia é ocupada por tropas italianas
1952	Criação da Federação da Etiópia e Eritreia
1962	Anexação da Eritreia pela Etiópia

1974	Imperador Haile Selassie é deposto e assume o poder governo militar (Derg), de orientação socialista
1977	Ascende ao poder o Coronel Mengistu Haile Mariam
1977-91	Instaura-se o “terror vermelho”, período de grande repressão e violência
1991	Queda do Derg. Ascensão do governo liderado pela Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF)
1993	A Eritreia torna-se independente
1995	Primeiras eleições após a derrubada do Derg, com ampla vitória da EPRDF. Meles Zenawi assume o cargo de Primeiro-Ministro
1998-2000	Guerra entre a Etiópia e a Eritreia, deflagrada por disputa fronteiriça
2001	Estabelecida a Zona de Segurança Temporária entre a Etiópia e a Eritreia (UNMEE)
2002	Instituída, pelas Nações Unidas, comissão para demarcação das fronteiras entre Etiópia e Eritreia (<i>UN Eritrea-Ethiopia Boundary Commission - EBBC</i>)
2003	A EBBC apresenta relatório alegando que a cidade de Badme (sob administração etíope por décadas) pertence à Eritreia. O governo etíope rejeita as conclusões divulgadas e o processo de demarcação de fronteiras é interrompido
2005	Manifestações contra resultado das eleições são violentamente oprimidas e levam à prisão de inúmeros opositores do governo
2006-2009	A Etiópia invade a Somália para dar apoio ao Governo Federal de Transição em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas
2007	A EBBC encerra seus trabalhos mesmo não tendo sido finalizado o processo de demarcação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia
2008	O mandato da UNMEE expira e as tropas da ONU são retiradas
2010	Novas eleições dão vitória inconteste e absoluta ao EPRDF. Meles Zenawi permanece no cargo de Primeiro-Ministro
2011	Criação da Força Interina de Segurança para Abyei (UNISFA)
2011	Início da construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD), no Nilo Azul
2012	Morte de Meles Zenawi em agosto. Em setembro, Halemariam Desalegn é confirmado como primeiro-ministro até 2015. Transição de poder pacífica, primeira em décadas
2013	Mulatu Teshome Wirtu é eleito Presidente da Etiópia
2014	Eleições parlamentares. Nova vitória do EPRDF
2014-2016	Manifestações contrárias ao governo nas regiões da Oromia e de Asmara, que concentram as duas maiores etnias do país
Fev/2018	Realização de greve geral na Oromia. Renúncia do primeiro-ministro

	Halemariam Desalegn
Abr/2018	Abril. Nomeação de Abiy Ahmed Ali
Jun/2018	Plena aceitação do Acordo de Argel, que deu fim à guerra com a Eritreia
Jun/2018	Suspensão do "Estado de Emergência" vigente no país desde fevereiro de 2018
Out/2019	O primeiro-ministro Abiy Ahmed é agraciado com o Prêmio Nobel da Paz
Nov/2020	Tem início o conflito no norte do país, opondo forças federais a forças regionais do Tigré. Forças federais conquistam Mekele, a capital regional.
Jun/2021	Realizadas eleições gerais, inicialmente agendadas para 2020, mas adiadas devido à pandemia. O Partido Progressista do primeiro-ministro Ahmed obtém a maioria no Parlamento.
Jun/2021	Forças tigrínicas reconquistam Mekele e a maioria do território de Tigré
Out/2021	O primeiro-ministro assume novo mandato de cinco anos
Out/2021	Nova ofensiva do governo federal contra as Forças de Defesa do Tigré (TDF)
Nov/2021	Contraofensiva das TDF, conquistando cidades estratégicas a cerca de 400 km de distância de Adis Abeba

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Criação da Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo
1960	Visita oficial do Imperador Haile Selassie ao Brasil
Início dos anos 60	Elevação da representação à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba
Final dos anos 60	Fechamento da embaixada em Adis Abeba
2004	Visita da Subsecretária-Geral Política e do Diretor do Departamento de África do Itamaraty a Adis Abeba
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba
2005	Visita de trabalho do então Chanceler Celso Amorim a Adis Abeba, acompanhado de representantes do Ministério da Saúde, da Embrapa e do setor empresarial
2007	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty, embaixador Roberto Jaguaribe
2010	Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Etiópia, em Montreal
2010	Concessão de “agrément” em favor do Sr. Wutelaw Hailemariam Nigussie como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Etiópia junto ao governo brasileiro

2011	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba em janeiro, como representante brasileiro na XVI Cúpula da UA
2011	Reabertura da Embaixada da Etiópia no Brasil
2011	Missão de prospecção da ABC e da Embrapa é enviada a Adis Abeba
Jan/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XVIII Cúpula da UA
Fev/2012	Visita de integrantes do Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR) à Embrapa
Mar/2012	Missão conjunta da ABC e Embrapa à Etiópia
Abr/2012	Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores, embaixador Antonio Patriota, a Adis Abeba, na qual foram mantidos encontros com o então PM Meles Zenawi e com o então Chanceler Hailemariam Desalegn
Jun/2012	Visita do então primeiro-ministro Meles Zenawi ao Brasil, chefiando delegação etíope para a Conferência Rio+20
Jul/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XIX Cúpula da UA
Ago/2012	Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representa o governo brasileiro no funeral do PM Meles Zenawi
Jan/2013	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XX Cúpula da UA
Mai/2013	Visita da então Presidente da República a Adis Abeba para participação, como convidada de honra, das comemorações do Jubileu de Ouro da UA. Na ocasião, a então presidente Dilma Rousseff manteve encontro com o PM Hailemariam Desalegn
Dez/2013	Visita do ministro do Desenvolvimento Urbano etíope, Mekuria Haile, a Brasília
Jul/2013	Abertura de rota aérea Adis Abeba - São Paulo pela <i>Ethiopian Airlines</i> , empresa estatal etíope
Abr/2014	Visita do vice-primeiro-ministro Demeke Hassen a Brasília, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia
Jun/2015	Assinatura do "Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional"
Mar/2016	Visita do então chanceler brasileiro, embaixador Mauro Vieira, a Adis Abeba, ocasião em que manteve encontro com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Tedros Adhanom Ghebreyesus
Abr/2018	Visita do Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, a Adis Abeba, quando co-presidiu, com sua homóloga etíope, reunião de consultas políticas. Na ocasião, foi assinado o ACFI com a Etiópia

2019	Visita da ministra da Saúde da Etiópia, Lia Tadesse, ao Brasil, à frente de delegação etíope da área social, interessada em conhecer políticas públicas brasileiras na área.
Mai/2021	II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Etiópia, por videoconferência.

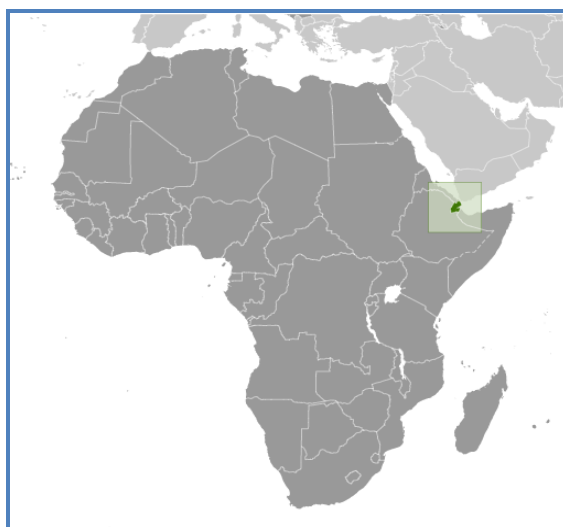
ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia	23/04/2012		Em promulgação (MRE)
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia	24/05/2013	10/05/2019	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	24/05/2013	18/03/2018	Em vigor
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia.	24/05/2013	22/11/2018	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	22/06/2015	22/06/2015	Em vigor

República Democrática Federal da Etiópia para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional			
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos	08/03/2016	08/03/2016	Em vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia.	11/04/2018		Tramitação no Congresso Nacional

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO DJIBUTI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Djibuti
GENTÍLICO	Djibutiano
CAPITAL	Cidade de Djibuti
ÁREA	23.200 km²
POPULAÇÃO	988.002 (est. 2020)
IDIOMAS OFICIAIS	Árabe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (94%) e cristianismo (6%)
SISTEMA DE GOVERNO	Semipresidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral, composto por 65 membros eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ismail Omar Guelleh (desde 8 de maio de 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdoulkader Kamil Mohamed (desde 1º de abril de 2013)
CHANCELER	Mahamoud Ali Youssouf (desde 22 de maio de 2005)
PIB NOMINAL	US\$ 3,41 bilhões (2020)
PIB PPP	US\$ 5,65 bilhões (2020)
PIB PER CAPITA	US\$ 3.070 (2020)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 5.100 (2020)
VARIAÇÃO DO PIB	0,5% (2020); 7,5 (2019); 8,5 (2018); 5,1 (2017); 6,9 (2016); 7,7 (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,524 (166º entre 189 países – 2020)
EXPECTATIVA DE VIDA	67 anos (2019)
ALFABETIZAÇÃO	53% (2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	11,57% (2020)
UNIDADE MONETÁRIA	Franco djibutiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Nasser Mohamed Ousbo (residente em Havana)
EMBAIXADOR DO BRASIL NO DJIBUTI	Luiz Eduardo Villarinho Pedroso (residente em Adis Abeba)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – MDIC

BRASIL ➔ DJIBUTI	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	25,9	55	14,4	45,1	8	20,7	14,3	89,6	62,2	22,1	6,66	17,8
Exportações	25,9	55	14,4	45,1	8	20,7	14,3	89,6	62,2	22,1	6,66	17,8
Importações	0	0	0	0	0	0	0,01	0	0	0,01	0	0
Saldo	25,9	55	14,4	45,1	8	20,7	14,3	89,6	62,2	22,1	6,66	17,8

PRINCIPAIS PRODUTOS	Exportação	Importação
----------------------------	-------------------	-------------------

2019 e 2020	Carnes de aves e açúcar	Pescado inteiro
-------------	-------------------------	-----------------

APRESENTAÇÃO

Localizado na África Oriental, o Djibuti faz fronteira com a Eritreia e Somália. Um dos menores países do continente africano em termos populacionais (cerca de 988 mil habitantes), o Djibuti tem localização estratégica como ponto de ligação entre o continente africano e a Península Arábica. O país está separado do Iêmen por apenas 30 km, pelo Estreito de Babelmândebe (“Bab el-Mandab”, ou “Portal das Lágrimas”), ponto de passagem obrigatório da movimentada rota marítima que liga a Ásia e o Oriente Médio ao continente europeu, via Mar Vermelho e Canal de Suez. Estima-se que cerca de 30% de todo o comércio marítimo internacional passe por esse estreito, rota especialmente relevante para o trânsito de hidrocarbonetos.

O país tem perfil político moderado em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como papel construtivo de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de estabilização na Somália. Em decorrência de sua localização estratégica e estabilidade política, o Djibuti abriga bases militares de diversos países, como China, Espanha, EUA, França (que também abriga contingentes da Alemanha e Espanha), Itália e Japão. A Arábia Saudita também negocia a criação de uma base militar no Djibuti. Essas características tornam o país um ator de relevo no Chifre da África, região marcada pela volatilidade.

As principais fontes de divisas para a economia do Djibuti, país de escassos recursos naturais e reduzidas terras agricultáveis, provêm de serviços portuários e logísticos e do arrendamento de bases militares estrangeiras. Os quatro portos do país – Djibuti, Tadjura, Gubet e Doraleh – servem de apoio às rotas comerciais internacionais que transitam pelo Estreito de Babelmândebe e constituem porta de entrada ou saída para o comércio de países do Chifre da África e dos Grandes Lagos que não têm litoral, sobretudo para a Etiópia, país que vem apresentando uma das maiores taxas de crescimento econômico no mundo.

O desenvolvimento da atividade portuária tem canalizado ao Djibuti significativos investimentos externos, sobretudo da China, na área de infraestrutura, incluindo o setor ferroviário, o que tem permitido ao país apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos (média de cerca de 7%, entre 2015 e 2019).

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISMAIL OMAR GUELLEH **Presidente da República**



Ismail Omar Guelleh nasceu em 1947, em Dire Dawa, Etiópia. Na década de 1960, mudou-se para o Djibuti. Iniciou sua carreira profissional como servidor público da administração colonial francesa.

Em 1974, começou a militar na Liga Popular Africana, que buscava a independência do Djibuti. Em 1976, participou como delegado de seu país nas negociações ocorridas em Paris sobre a independência do Djibuti.

Em 1977, após a independência, foi nomeado chefe de gabinete do presidente da República, Hassan Aptidon, seu tio. Em 1987, tornou-se membro do Bureau Político do Djibuti. Em 1996, ocupou a Terceira Vice-Presidência do Bureau Político.

Foi eleito Presidente do país em 1999 e reeleito em 2005; em 2011, após emenda à Constituição que suprimiu o limite máximo do exercício de dois mandatos presidenciais; em 2017; e em 2021.

ABDOULKADER KAMIL MOHAMED **Primeiro-Ministro**



Abdoulkader Kamil Mohamed nasceu em Souali, no norte do Djibuti, em 1951. É formado em Ciências Técnicas pela Universidade de Limoges, na França. É membro histórico do partido “Rassemblement Populaire pour le Progrès” (Reunião Popular para o Progresso - RPP), que domina o cenário político do Djibuti desde sua independência. Exerce a chefia do governo desde 2013. Antes, foi ministro da Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos (2005-2011) e ministro da Defesa (2011-2013). De 1978 a 2005, exerceu o cargo de diretor-geral da

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com o Djibuti em outubro de 1996. Em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é ainda incipiente.

Em maio de 2005, o Presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, esteve no Brasil para participar da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), ocasião em que manteve encontro bilateral com o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em junho de 2010, a cumulatividade da Embaixada do Brasil no Djibuti foi transferida de Nairóbi para Adis Abeba. A medida contribuiu para facilitar os contatos bilaterais, dada a maior proximidade e conectividade aérea entre o Djibuti e a Etiópia. Em agosto de 2011, o Djibuti foi incluído entre os países beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo governo brasileiro.

Em junho de 2012, o então Primeiro-Ministro Dileita Mohamed Dileita esteve no Brasil para representar seu país na Rio+20. Na ocasião, manifestou interesse na aquisição de aeronaves Embraer. Em maio de 2013, estiveram no Brasil o Delegado Permanente do Djibuti junto à Unesco, embaixador Rachad Farah, e o então Embaixador djibutiano em Havana e, cumulativamente, junto ao Brasil, Ayeid Mousseid Yahya. A visita teve por objetivo obter o apoio brasileiro à candidatura do Embaixador Rached Farah à direção-geral da Unesco. Não há registro de troca de visitas de alto nível desde então.

Cooperação

As tratativas de cooperação técnica com o Djibuti iniciaram-se em 2010, durante visita do então Embaixador djibutiano não residente, Ayeid Mousseid Yahya, à Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Yahya manifestou interesse do governo de seu país em receber cooperação brasileira em áreas como gestão de recursos hídricos, combate à desertificação e saúde. Em outras ocasiões, autoridades do Djibuti indicaram, igualmente, interesse por cooperação brasileira em áreas como agricultura, irrigação, eletrificação rural e desenvolvimento social, bem como no estabelecimento de parceria do Centro Estudos e Pesquisa do Djibuti (CERD) e a Agência Djibutiana para o Desenvolvimento Social (ADDS) com instituições afins brasileiras.

Em janeiro de 2012, o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti foi assinado pela então Embaixadora do Brasil em Adis Abeba, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, e pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros do Djibuti, Mahmud ali Youssef, por ocasião da apresentação das cartas credenciais da embaixadora brasileira naquele país. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2018 e encontra-se em fase de promulgação. Trata-se do primeiro acordo assinado bilateralmente entre os dois países, instrumento jurídico necessário à implementação de projetos de cooperação técnica bilaterais.

No contexto da pandemia de covid-19, o Brasil realizou doação humanitária de medicamentos (13.120 ampolas do antibiótico injetável Azitromicina 500mg) ao Djibuti, em julho de 2020.

Comércio e investimentos

O comércio bilateral é dominado pelas exportações brasileiras, que, historicamente, têm composto quase a totalidade da corrente de comércio. Os principais produtos exportados pelo Brasil são carnes de aves e açúcar. Do Djibuti, por sua vez, o Brasil importa, essencialmente, peixes vivos ornamentais em quantidade muito pequena.

O ápice do intercâmbio bilateral foi registrado em 2016, quando o comércio entre o Brasil e o Djibuti somou USD 89,6 milhões. Desde então, o fluxo de comércio vem decrescendo. Em 2019 somou USD 6,66 milhões, o menor resultado desde 2009. Em 2020, registrou-se incremento de 164% do intercâmbio bilateral, que totalizou USD 17,8 milhões.

A companhia aérea Air Djibouti estaria considerando a aquisição de aeronaves produzidas pela Embraer, no âmbito de atual projeto de ampliação da empresa. A Air Djibouti, contudo, ainda não dispõe de certificado que lhe permita operar diretamente aeronaves da Embraer. No momento, opera indiretamente dois aviões E-145 por meio da National Airways, companhia sediada em Adis Abeba.

Não há atualmente investimentos bilaterais, embora o setor de infraestrutura do Djibuti, em especial a área portuária e logística, permaneça atraente a investimentos estrangeiros. Até 2007, a empresa brasileira de construção civil Odebrecht participou do desenvolvimento das instalações portuárias da Cidade do Djibuti e da construção do porto de Doraleh, além de haver atuado em projetos habitacionais.

Existe potencial de cooperação com o Brasil na área energética. O Djibuti busca prospectar reservas de petróleo e gás em seu território e, simultaneamente,

investir em fontes de energia renovável, em especial energia geotérmica.

POLÍTICA INTERNA

Tradicionalmente, o atual território do Djibuti é habitado por populações das etnias afar e somali. Ex-colônia francesa, primeiro conhecida como Somalilândia Francesa (1894-1967) e, posteriormente, como Território Francês dos Afares e dos Issas (1967-1977), o Djibuti tornou-se independente em 1977, por meio de referendo popular.

Após a independência, Hassan Gouled Aptidon foi eleito o primeiro presidente do país, em 1981, quando introduziu regime de partido único (Reunião Popular para o Progresso - RPP). No começo da década de 1990, a Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD), que congregava vários movimentos de oposição, entrou em confronto armado contra as forças governamentais, deflagrando uma guerra civil. A FRUD demandava maior participação política para os afares, sendo o governo da RPP dominado pelo clã somali dos issas. Pressionado, o governo de Gouled Aptidon foi levado a fazer concessões à FRUD e abrandar o regime. Em 1992, foi aprovada nova Constituição, por referendo, que pôs fim ao regime de partido único. A RPP passou a integrar coalizão governamental, a União pela Maioria Presidencial (UMP), que domina, até hoje, o cenário político djibutiano. Aptidon foi reeleito consecutivamente por mais duas vezes para mandatos de seis anos, em 1987 e 1993. Em 1994, a FRUD e a RPP assinaram um acordo de paz, que encerrou temporariamente o conflito armado. O acordo de partilha de poder estipulou que os cargos de presidente e de primeiro-ministro não seriam ocupados por representantes da mesma etnia, isto é, somalis (issas) e afares dividiriam as chefias de estado e de governo; estabeleceu a incorporação de representantes da FRUD no governo e a integração de seus combatentes nas Forças Armadas do Djibuti.

Entretanto, dissidência da FRUD, liderada por Ahmed Dini, não aderiu ao acordo de paz de 1994. Assim, a guerra civil voltou a ser travada em 1996. Em 1999, Ismail Omar Guelleh, sobrinho e ex-chefe de gabinete de Aptidon, foi eleito presidente. A saída de Aptidon abriu espaço para novas negociações com Ahmed Dini, que estava exilado no Iêmen, aprofundando-se o processo de conciliação do país. Em março de 2001, foi assinado novo acordo de paz, resultando na desmobilização do grupo armado liderado por Dini. Este fundou o partido Aliança Republicana para o Desenvolvimento (ARD).

Ismail Guelleh foi reeleito para a presidência do país em 2005, 2011, 2016

e 2021. Os principais partidos de oposição passaram a boicotar os pleitos presidenciais, alegando irregularidades. Em 2010, reforma constitucional para acabar com o limite de dois mandatos presidenciais foi aprovada pelo Parlamento djibutiano.

Em fevereiro de 2013, após quase uma década de abstenção, a oposição participou das eleições legislativas no país. Na ocasião, a UMP obteve cinquenta e cinco assentos, enquanto a coalizão da oposição União pela Salvação Nacional (USN) obteve dez. O retorno dos partidos oposicionistas foi possível em razão de mudanças no sistema político do país, após a aprovação, em novembro de 2012, de novo modelo eleitoral. Até então, o sistema eleitoral possibilitava que a agremiação mais votada recebesse a totalidade das vagas em disputa.

A USN, contudo, não aceitou o resultado das eleições e instou seus apoiadores a se manifestarem, o que gerou confrontos com a polícia na capital e na cidade de Balbala. Os deputados da oposição boicotaram as sessões do parlamento nas eleições de 2013. Em setembro de 2014, o chanceler do Djibuti, encarregado pelo presidente Guelleh de conduzir negociações com a oposição logrou alcançar acordo que permitiu o retorno dos deputados ao parlamento. Em dezembro de 2014, após dezoito meses de negociações, o governo djibutiano e a USN assinaram acordo-quadro que pôs fim ao movimento parlamentar oposicionista e possibilitou o diálogo político em torno de reformas do sistema eleitoral do país.

Entre os principais pontos do acordo-quadro alcançado, figuram: a interrupção de qualquer ato que possa conduzir a situações de tensão entre o governo e os militantes de oposição; o compromisso de ambas as partes de observar a ordem constitucional, as leis e as liberdades fundamentais; e a adoção de reformas democráticas e institucionais imediatas.

Até o momento, no entanto, as mudanças políticas mais profundas propostas no documento não foram efetivadas.

O legislativo djibutiano é unicameral. A Assembleia Nacional é composta por 65 deputados, eleitos diretamente, com mandatos de cinco anos. Do total de parlamentares, 52 são eleitos diretamente, por maioria simples dos votos, e treze são eleitos indiretamente por votos de representação proporcional.

Em março de 2013, o Presidente Omar Guelleh nomeou Abdoulkader Kamil Mohamed como primeiro-ministro, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que havia permanecido no cargo por mais de uma década (2001-2013).

POLÍTICA EXTERNA

O principal trunfo do Djibuti em sua inserção internacional é sua localização geoestratégica. O país situa-se em ponto de ligação entre o continente africano e a Península Arábica. O Djibuti está separado do Iêmen pelo Estreito de Babelmândebe, ponto de passagem obrigatório da movimentada rota marítima que liga a Ásia e a Península Arábica ao continente europeu, via Golfo de Aden, Mar Vermelho e Canal de Suez, pelo qual se estima que passe cerca de 30% de todo o comércio marítimo internacional, particularmente de petróleo.

O combate ao terrorismo, a instabilidade na Somália e o incremento na pirataria no litoral desse país, no início dos anos 2000, bem como o aumento da competição entre os países do Golfo e a guerra no Iêmen, contribuíram para o renovado interesse estratégico do Djibuti, que tem estabelecido parcerias com potências tradicionais e emergentes.

Nesse contexto, o país tem se caracterizado pela crescente presença de bases militares estrangeiras em seu território. Atualmente, o Djibuti abriga bases militares dos seguintes países: China (única base militar fora do território chinês), EUA (única base fixa na África), França (que abriga também tropas da Alemanha e da Espanha), Itália e Japão (única base militar fora do território japonês). Também se encontra em negociação com a Arábia Saudita o arrendamento de área para instalações militares daquele país.

França

Entre os países doadores tradicionais, a França é parceiro relevante do Djibuti, destacando-se, pelos laços históricos entre os dois países, como importante investidor externo, prestador de assistência e cooperação e parceiro comercial. A ex-metrópole serviu também de garante da integridade territorial do país africano, onde, desde a independência djibutiana, manteve efetivo militar, com base em acordo de defesa. Posteriormente, essa presença militar francesa ampliou-se por meio do estabelecimento de base militar com efetivo de quase cinco mil homens. A base francesa abriga ainda tropas da Alemanha e da Espanha, que integram missão de combate à pirataria na costa da Somália.

Essa relação tradicional, contudo, convive com a crescente presença de novas potências, como a China, principal parceiro comercial e investidor estrangeiro no Djibuti, e de potências médias extrarregionais, como a Arábia Saudita, que, cada vez mais, competem por influência no Chifre da África em função da mencionada

importância geoestratégica da região.

No início de 2019, o Presidente da França, Emmanuel Macron, visitou o Djibuti, onde se reuniu com o Presidente Ismail Omar Guelleh. Na ocasião, Macron afirmou que diversas empresas francesas teriam interesse em explorar alternativas de atuação nas áreas de operações portuárias e de energia renovável.

Estados Unidos

Na esteira dos ataques de 11 de setembro de 2001, os EUA escolheram o Djibuti como parceiro especial na “guerra ao terror” e instalaram base militar no país africano. O Djibuti é o país da África subsaariana que mais recebe ajuda financeira dos EUA em termos *per capita*, sendo, também, considerado parceiro preferencial para lidar com temas de segurança no Chifre da África, em virtude de sua localização. O Djibuti sedia o Campo Lemonnier, única base permanente dos Estados Unidos na África Subsaariana, onde se encontram cerca de quatro mil militares de todas as Forças (Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais), servindo ademais de base para *drones* que atuam na África Oriental e no Oriente Médio. A concessão do Campo Lemonnier aos Estados Unidos foi renovada por trinta anos, em 2014.

China

A China, maior parceira comercial do Djibuti, vem-se constituindo também em importante financiadora de projetos de infraestrutura no país. Em janeiro de 2013, o governo do Djibuti concluiu negociações para a venda, por US\$ 185 milhões, de 23,5% do Porto Multiuso de Doraleh (PMD) a companhia estatal chinesa. Em maio de 2017, o Djibuti inaugurou oficialmente o PMD, que ampliou significativamente a capacidade do país de receber mercadorias e navios de grande porte, sendo considerado o porto mais tecnologicamente avançado de todo o continente africano. O país asiático também financiou a construção de Zona Econômica Especial associada ao projeto portuário

A China é, ainda, planejadora e financiadora das maiores obras de integração do Djibuti com a Etiópia. Os investimentos externos em infraestrutura têm sido apontados como o principal motor para o elevado crescimento econômico apresentado pelo Djibuti nos últimos anos. O PMD está conectado à nova estrada férrea Djibuti-Etiópia, totalmente eletrificada, com extensão total de 756 quilômetros. A estrada de ferro iniciou operações em 2018.

A China vê o projeto como "colheita inicial" da iniciativa "Belt and Road"

e o Djibuti percebe o país asiático como principal parceiro na implementação do projeto nacional de se transformar em *hub* portuário e comercial da África Oriental.

Em 2015, iniciaram-se negociações para criação de uma base naval chinesa no Djibuti. A Base de Apoio do Exército de Libertação Popular da China no Djibuti foi formalmente aberta em 1 de agosto de 2017, constituindo a primeira base extrarregional da China. Os primeiros exercícios foram realizados em 22 de setembro de 2017.

Países do Golfo

Além da forte presença econômica chinesa, tem sido crescente o aporte de investimentos de países do Golfo, especialmente a Arábia Saudita, tanto na construção de infraestrutura portuária, quanto em refinarias de petróleo no país.

O interesse estratégico dos países do Golfo pela região do Chifre da África explica-se, entre outros fatores, pela presença do estreito de Babelmândebe, importante entreposto comercial para a exportação de petróleo do Golfo para a Europa, bem como por sua proximidade em relação ao Iêmen (cerca de 30 km), onde, desde 2015, a Arábia Saudita lidera coalizão de países árabes, sobretudo os Emirados Árabes Unidos (EAU), contra os rebeldes houtis. Desde o lançamento da operação militar, nota-se aumento da presença militar dos países do Golfo na região.

Em 2015, os EAU concluíram acordo com a Eritreia para o estabelecimento de base militar no porto de Assab. Em 2017, anunciaram que estavam construindo base militar no porto de Berbera, na região autônoma da Somalilândia. No mesmo ano, como já observado, a Arábia Saudita iniciou negociações para o estabelecimento de base militar no Djibuti.

Etiópia

As relações entre os dois países têm sido muito próximas e fluidas tanto no nível diplomático quanto no comercial. Recorde-se que, quando a Eritreia conquistou sua independência da Etiópia, em 1993, esta última tornou-se um país sem litoral e, portanto, dependente de vizinhos – especialmente o Djibuti – para ter acesso aos mercados internacionais. O porto do Djibuti, atualmente, é responsável por 95% das importações e exportações da Etiópia, tendo também ligação comercial crucial com o mercado etíope, por meio da já mencionada ferrovia Adis Abeba-Djibuti.

A Etiópia anunciou, recentemente, planos de adquirir participação no porto de Djibuti. As duas nações concordaram em trocar participações em empresas

públicas estratégicas em uma tentativa de aumentar a integração econômica. As trocas incluem, além do porto, empresas aéreas e de telecomunicações. O Djibuti deve receber, por exemplo, participação na Ethiopian Airlines, maior companhia aérea em receitas da África.

Eritreia

O Djibuti chegou a cortar relações com a Eritreia em 1998, mas as restabeleceu em 2000, com o fim do conflito entre a Eritreia e a Etiópia. Entre 2004 e 2006, o relacionamento entre o Djibuti e a Eritreia voltou a estreitar-se, com a assinatura de acordos políticos, econômicos e militares, mas sofreu novo revés em abril de 2008, quando o Djibuti acusou tropas eritreias de haverem violado seu território. O incidente provocou intensa movimentação militar na fronteira, apesar de tentativa de mediação da Liga Árabe e do Catar. Em junho de 2008, ocorreram fortes choques na região fronteira de Ras Doumeira.

Em janeiro de 2009, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1862, com o fim de solucionar o conflito entre o Djibuti e a Eritreia. Com a persistência da instabilidade na região, o CSNU viu-se impelido a adotar, em dezembro de 2009, a Resolução 1907, que impôs sanções à Eritreia pelo seu envolvimento na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti, previstas pela Resolução 1862.

Em junho de 2010, graças a esforços de mediação do Catar, foi assinado novo acordo entre Djibuti e Eritreia para a resolução do conflito fronteiriço. Entre as principais previsões do acordo, constam a verificação pelas tropas cataris da retirada das forças eritreias da região, o monitoramento da fronteira pelo Catar e o compromisso de solução, também sob supervisão do Catar, dos aspectos relativos a desaparecidos e prisioneiros de guerra.

IGAD

No plano regional, o Djibuti tem atuado com empenho no âmbito da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Organismo fundado em 1986, com sede na capital djibutiana, a IGAD foi idealizada pelo ex-Presidente Hassan Aptidon e teve, em sua origem, por objetivo precípua, coordenar políticas e estratégias de combate à seca e de promoção do desenvolvimento. Posteriormente, a IGAD passou a voltar sua atenção para a solução de conflitos regionais, como nos casos da Somália, do Sudão e do Sudão do Sul. A IGAD

constitui atualmente importante foro político sub-regional no continente africano. Além de Djibuti, integram a IGAD: Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Consolidar o Djibuti como centro comercial e logístico regional é o principal objetivo do governo do Presidente Guelleh. Essa meta é sustentada por esquemas de infraestrutura ambiciosos, historicamente financiados por contratação de dívida pública. Devido à alta dívida externa assumida nos últimos anos, o governo djibutiano tem buscado substituir o modelo de investimento financiado por dívida pública por maior ênfase na captação de investimentos externos.

Não obstante, o Djibuti ainda se defronta com o desafio de promover a diversificação de sua economia. O setor de serviços responde por cerca de 85% do PIB, em função do peso das atividades portuárias e da presença de bases militares estrangeiras.

O país mantém estreitas relações comerciais com a Etiópia, que, desprovida de litoral, responde por cerca de 85% do tráfego nos portos do Djibuti e abastece o país com água potável e energia hidrelétrica, reduzindo a dependência do Djibuti de petróleo importado. No geral, a integração entre os vizinhos é benéfica aos dois países, mas observa-se certa vulnerabilidade djibutiana na medida em que qualquer revés na economia etíope reverberaria fortemente em sua economia.

A China é o principal parceiro comercial do Djibuti e se consolida também como principal investidor e fonte de financiamento para o país. Do ponto de vista chinês, o Djibuti representa peça importante da iniciativa “Belt and Road”, oferecendo acesso ao mercado da África Oriental, em especial etíope, pelo qual a China nutre especial interesse. No entanto, investimentos chineses podem sofrer quedas na medida em que a Etiópia venha adiversificar seu acesso ao mar. Diante disso, o Djibuti tenderá a continuar buscando diversificar suas parcerias econômicas, com países não como Arábia Saudita, Egito ou Japão.

Em relação aos indicadores macroeconômicos, após um crescimento médio de 7% entre 2015 e 2019, o PIB do Djibuti registrou crescimento de 0,5% em 2020, segundo o Banco Mundial. Embora modesto, esse crescimento foi maior do que a contração projetada inicialmente para 2020 (-1%), em decorrência dos efeitos negativos da pandemia de covid-19 sobre a economia mundial.

As perspectivas econômicas de médio prazo do país permanecem positivas, apesar do impacto duradouro da pandemia. O Banco Mundial prevê que a taxa de crescimento do PIB seja de 5,5% em 2021 e atinja uma média de 6,2% em 2022 e 2023, como resultado da esperada recuperação da reexportação das zonas econômicas especiais localizadas no país e das exportações de serviços de transporte, logística e telecomunicações para a Etiópia.

Ainda segundo o Banco Mundial, os projetos de infraestrutura em andamento no Djibouti, tais como a construção de um estaleiro de reparo de navios, um novo píer de petróleo no Porto de Damerjog e uma nova infraestrutura de hospitalidade, também devem impulsionar o crescimento e a criação de empregos. As obras de reparo e manutenção do estaleiro devem atrair mais navios para Djibouti, dando ao principal porto do país uma vantagem competitiva sobre os portos vizinhos e consolidando sua posição como um centro de comércio e logística regional.

Esse cenário positivo pode ser alterado caso se verifique uma recessão econômica mais prolongada na Etiópia, decorrente da combinação dos efeitos da pandemia e do conflito registrado naquele país. Nesse caso, os efeitos de eventual recessão etíope tenderão a afetar negativamente o Djibuti, dada a interdependência da economia dos dois países.

No que se refere à balança comercial, o Djibuti apresenta grande déficit comercial estrutural, impulsionado pela importação de bens para o mercado doméstico (principalmente alimentos, combustíveis e eletricidade). O Djibuti é praticamente desprovido de terras aráveis, com pouco desenvolvimento nos setores agrícola e industrial e força de trabalho em grande parte não qualificada.

Em 2019, mais de 43% das importações do Djibuti provieram da China, seguida pelos EAU (15%) e Índia (7%). Os principais produtos importados pelo Djibuti foram petróleo, minérios e aço. Já com referência às exportações, os maiores compradores foram Arábia Saudita (46%), China (14%), e Índia (7%). Os principais produtos exportados pelo país foram animais, cloridos e legumes secos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Colônia francesa da Somalilândia estabelecida na região.
1892	Djibuti se torna a capital da Somalilândia Francesa.
1946	O Djibuti se torna território ultramarino dentro da União Francesa, com legisladores próprios e representantes no parlamento francês.
1946	A França cria base da Legião Estrangeira no Djibuti. A permanência da base é garantida por acordos após a independência do país.
1958	O Djibuti vota a favor de se tornar parte da Comunidade Francesa.
1967	Realização de referendo, no qual os afares e os europeus votam a favor da manutenção do território como parte da Comunidade Francesa. A Somalilândia Francesa passa, então, a se chamar Território Francês dos Afares e dos Issas.
1977	Realização de novo plebiscito torna o Território Francês dos Afares e dos Issas independente, sob o nome de Djibuti. Hassan Gouled Aptidon assume o cargo de presidente após a independência.
1981	O Djibuti torna-se estado unipartidário: União Popular pelo Progresso (RPP).
1992	Adotada constituição que permite sistema multipartidário limitado. Início de conflitos no norte do país entre tropas do governo e a Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD). Deflagra guerra civil.
1994	O governo e a facção principal da FRUD assinam acordo de partilha de poder que deveria por fim à guerra civil. Facção radical da FRUD, no entanto, mantém-se na luta armada.
1999	Presidente Aptidon anuncia que não concorrerá às eleições presidenciais. Ismail Omar Guelleh, sobrinho e chefe de gabinete de Aptidon, é eleito seu sucessor.
2000	O governo e a facção radical da FRUD assinam acordo de paz que finalmente põe fim à guerra civil.
2001	Os EUA estabelecem base militar no Djibuti, no contexto dos ataques terroristas de 11 de setembro.
2005	O presidente Guelleh concorre novamente às eleições presidenciais como único candidato, sob boicote dos candidatos da oposição.
2008	Eclosão de conflitos entre tropas djibutianas e eritreias na região em disputa de Ras Doumeira.
2010	O parlamento aprova emenda constitucional que permite que o presidente concorra a um terceiro mandato (abril).
2010	Eritreia e Djibuti entram em acordo para resolução pacífica de questões fronteiriças (junho).

2011	Presidente Guelleh vence mais uma eleição sob boicote da oposição.
2011	Japão estabelece base naval no Djibuti, a primeira do país fora de seu território, no âmbito dos esforços de combate à pirataria no litoral da Somália.
2013	Candidatos de oposição concorrem às eleições parlamentares, e conquistam 10 dos 65 assentos. A oposição, no entanto, acusou o governo de fraude nas eleições e iniciou boicote às sessões parlamentares.
2013	Itália cria base militar no Djibuti, no contexto do combate à pirataria no Golfo de Aden e no Oceano Índico.
2015	Assinatura de acordo-quadro entre governo e oposição, em dezembro de 2014, 8 parlamentares da oposição são reintegrados às sessões.
2017	O Presidente Guelleh vence a quarta eleição.
2017	China estabelece base militar naval no Djibuti, a primeira do país fora de seu território.
2021	O Presidente Guelleh é eleito para quinto mandato.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas por meio de assinatura de comunicado conjunto pelos Representantes do Brasil e do Djibuti junto à ONU.
2005	Visita ao Brasil do presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, para participar da I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA).
2010	A Embaixada brasileira em Adis Abeba (Etiópia) substitui a Embaixada brasileira em Nairóbi (Quênia) na função de representar cumulativamente o Brasil junto às autoridades djibutianas.
2011	Djibuti é incluído no rol de beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo Governo Brasileiro.
2012	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica na Chancelaria djibutiana, por ocasião da apresentação de credenciais da Embaixadora brasileira não residente.
2013	Visita ao Brasil do Embaixador Rached Farad, Delegado Permanente do Djibuti junto à UNESCO, acompanhado do Embaixador do Djibuti em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, com o objetivo de obter o apoio brasileiro à candidatura do Embaixador Farah à Direção Geral da UNESCO.

2021	O Brasil realiza doação humanitária de medicamentos (antibióticos) ao Djibuti, para contribuir no combate à pandemia de covid-19 naquele país (julho).
-------------	--

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo De Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti	14/02/2012		Aguarda ratificação da outra Parte

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUDÃO DO SUL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Sudão do Sul
GENTÍLICO	Sul-sudanês
CAPITAL	Juba
ÁREA	644.329 km²
POPULAÇÃO	10.984.074 (est. 2021)
IDIOMAS	Inglês (oficial) e cerca de 60 línguas nativas (nacionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (60,5%); islamismo (6,2%); religiões tradicionais (32,9%); outras (0,4%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Assembleia Nacional Legislativa e Conselho dos Estados
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Salva Kiir Mayardit (desde 2011)
CHANCELER	Beatrice Wani-Noah (desde 2020)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US\$ 4,07 bilhões (2020)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	US\$ 10,9 bilhões (2020)
PIB PER CAPITA	US\$ 295,66 (2020)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 791,31 (2020)
VARIAÇÃO DO PIB:	-6,6% (2020); 0,9% (2019); -1,9% (2018); -5,8% (2017); -13,5% (2016); -0,2% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,433 (185ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	57,9 anos
ALFABETIZAÇÃO	34,5 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO	12,2%.
UNIDADE MONETÁRIA	Libra sul-sudanesa
EMBAIXADOR DO BRASIL NO SUDÃO DO SUL	Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso (cumulativo)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – SUDÃO DO SUL (fonte: MDIC) US\$ mil FOB

BRASIL → SUDÃO DO SUL	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	29,1	-	692	-	216,9	442,2	1.808,6	4.135,5
Exportações	29,1	-	692	-	192,1	428,3	1.808,5	4.135,5
Importações	0	-	0	-	24,8	13,9	0,1	0
Saldo	29,1	-	692	-	167,3	414,4	1.808,4	4.135,5

APRESENTAÇÃO

A República do Sudão do Sul, país mais jovem do mundo, tornou-se independente em 9 de julho de 2011, com extensivo apoio da comunidade internacional. A independência do país foi uma decorrência de longo conflito que opôs o norte, majoritariamente árabe e muçulmano e onde se concentrava o poder político e econômico, e o sul, predominantemente cristão ou animista, do antigo Sudão. Esse conflito durou mais de 50 anos. Estima-se que tenha custado a vida de cerca de 2,5 milhões de pessoas.

Apesar da conclusão exitosa do processo de secessão e da criação, em 2011, da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a história do país esteve marcada, desde seu início, por instabilidades e por conflitos armados localizados.

Em dezembro de 2013, teve início ciclo de conflitos intraestatais, motivados pela cisão entre as principais facções do governo recém-constituído, ligadas aos dois maiores grupos étnicos do país, dinka e nuer. Em 2015, graças aos esforços de mediação da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), as partes em conflito assinaram o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS). Em 2016, contudo, os conflitos foram reiniciados, com graves consequências humanitárias e econômicas.

Em setembro de 2018, novo acordo de paz foi firmado. Os episódios de violência diminuíram significativamente em 2019, permitindo o retorno de alguns refugiados anteriormente dispersos na região, sobretudo em Uganda. Em fevereiro de 2020, foi alcançado acordo que viabilizou a formação de um governo de transição.

A economia do Sudão do Sul está baseada na exploração do petróleo, cujas reservas, estimadas em 3,5 bilhões de barris, são consideradas as terceiras maiores da África subsaariana. O conflito interno, no entanto, tem prejudicado fortemente a economia do país, ao interromper a produção de petróleo, retomada em 2019, e a agricultura familiar.

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com a República do Sudão do Sul, em 9 de julho de 2011, dia da independência do país. Desde 2013, a Embaixada em Adis Abeba representa cumulativamente os interesses do Brasil junto ao governo sul-sudanês.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SALVA KIIR MAYARDIT **Presidente**



Salva Kiir Mayardit nasceu em 1951, na região de Bahr el Ghazal, oeste do Sudão do Sul. Em fins da década de 1960, ingressou no grupo separatista sul-sudanês Anya Nya, que lutaria contra as forças de Cartum durante a I Guerra Civil Sudanesa. Em 1983, durante a II Guerra Civil Sudanesa, fundou, junto com outros líderes sul-sudaneses, o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM), principal agrupamento de facções rebeldes que lutavam pela secessão do sul do Sudão.

Durante a década de 1990, Salva Kiir exerceu a função de Comandante do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do SPLM. Após a assinatura do Acordo Abrangente de Paz (AAP) entre o Governo do Sudão e o SPLM, que pôs fim à guerra civil sudanesa, em janeiro de 2005, Salva Kiir assumiu o cargo de vice-presidente da região autônoma do Sul do Sudão. No entanto, após três semanas, com a morte do líder secessionista John Garang, coube a Salva Kiir ocupar o cargo de presidente do Sul do Sudão e de primeiro-vice-presidente do Sudão, conforme os termos do AAP. Em 2010, Kiir foi reeleito para a Presidência do Sul do Sudão, com 93% dos votos, o que levou o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, a indicá-lo novamente ao posto de primeiro-vice-presidente do Sudão.

Com a secessão do Sudão do Sul, Salva Kiir assumiu, em 9 de julho de 2011, o cargo de Presidente do novo país. Inicialmente previsto para encerrar-se em 2015, o mandato do presidente Salva Kiir foi estendido até julho de 2018 pelo Parlamento sul-sudanês, devido à eclosão de conflito civil no país, em 2013. No momento, o presidente lidera um governo de transição, formado em fevereiro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil esteve entre os primeiros países que reconheceram e estabeleceram relações diplomáticas com a República do Sudão do Sul, tendo-o feito em 9 de julho de 2011, dia da independência do país, o mais recente a emergir na comunidade internacional. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e o Sudão do Sul foi assinado em Juba pelo então Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos III do Itamaraty, responsável pelas relações do Brasil com a África e o Oriente Médio, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representante brasileiro à cerimônia de independência do país, e pelo então Chanceler sul-sudanês, Deng Alor.

A abertura de embaixada sul-sudanesa em Brasília chegou a ser anunciada por nota verbal ao Itamaraty em dezembro de 2011. Contudo, o recrudescimento das tensões entre o Sudão e o Sudão do Sul no período pós-independência; as fortes restrições orçamentárias enfrentadas por Juba, em função da interrupção temporária da produção de petróleo, entre 2012 e 2013; bem como a eclosão, em dezembro de 2013, de conflito civil, dificultaram o adensamento das relações entre o Sudão do Sul e o Brasil e impediram a concretização dos planos de abertura da embaixada.

Em fevereiro de 2013, foi criada, por meio do Decreto nº 7914, a Embaixada do Brasil em Juba, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba.

Na esfera multilateral, o Brasil manifestou nos foros apropriados, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas, seu apoio ao Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005 entre o Governo do Sudão e rebeldes do Sul, que viabilizou a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. O Brasil também cooperou para a implementação do AAP ao enviar missão de observação às eleições gerais de 2010, composta de parlamentares e de diplomata brasileiro. Por ocasião do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, em janeiro de 2011, o Brasil novamente enviou missão de observadores, composta de dois diplomatas.

O Brasil também apoiou o processo de paz entre Sul e Norte por meio do envio de policiais e oficiais militares à Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS). Após a independência do Sudão do Sul, a UNMIS foi substituída pela Missão de Assistência das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMISS), que continua a contar com a participação de policiais e militares brasileiros. Em novembro de 2021, o General de Brigada Marco Antônio Estevão Machado foi selecionado para o posto de chefe do Estado-Maior (“Force Chief of Staff”) da UNMISS, por um período

inicial de um ano. Militares brasileiros também integram a Força Interina das Nações Unidas em Abyei (UNISFA), região em disputa entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Cooperação técnica

Em função, sobretudo, de limitações impostas pelo cenário político doméstico no Sudão do Sul, não há projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação entre os dois países. Juba já expressou, contudo, seu desejo de beneficiar-se de cooperação com o Brasil, que é visto como um parceiro potencialmente estratégico para o desenvolvimento sul-sudanês. Foi igualmente discutida proposta de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica bilateral, a qual não teve encaminhamento até o momento devido ao cenário de conflito civil registrado no Sudão do Sul.

Autoridades sul-sudanesas mencionaram as áreas de agricultura e pecuária como prioritárias para eventual desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral. O Sudão do Sul tem a percepção de que o desenvolvimento agrícola, como vetor de promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da preservação ambiental, é crucial para o país. Há, dessa maneira, oportunidades para uma presença brasileira no país nesse campo.

Uma parceria na área agrícola com o Brasil, sobretudo nos cultivos de café e milho, poderia dar-se, na visão de ambos os países, não somente no campo da cooperação técnica, mas também no campo econômico-comercial, seja por meio de investimentos, seja por meio da aquisição, em bases comerciais, de maquinário, insumos e tecnologias agrícolas. O governo sul-sudanês manifestou, ainda, interesse em trabalhar com investidores brasileiros em áreas como petróleo (extração e refino) e mineração (ouro e urânio).

Cooperação humanitária

Em 2012, a cooperação brasileira com o país deu-se no contexto da cooperação humanitária em apoio às atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sudão e no Sudão do Sul. A contribuição brasileira (de US\$ 300 mil) ao ACNUR visou ao apoio a ações emergenciais empreendidas no Sudão e no Sudão do Sul (com valor dividido igualmente), em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade nos dois países.

Em 2016, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em caráter de cooperação humanitária, destinou US\$ 100 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), em apoio ao projeto PRRO South Sudan 200572 “Food and Nutrition

Assistance for Relief and Recovery, Supporting Transition and Enhancing Capabilities to Ensure Sustainable Hunger Solutions”. O projeto possui como objetivo central a execução de programas de recuperação, transição e resiliência em áreas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Comércio bilateral

O comércio bilateral entre Brasil e Sudão do Sul é pouco expressivo e resume-se às exportações brasileiras de carne de aves. Em 2020, o intercâmbio comercial totalizou US\$ 4,13 milhões, sendo composto exclusivamente por exportações brasileiras.

Embora o comércio seja ainda reduzido, eventual estabilização do país no futuro poderá gerar oportunidades comerciais para o Brasil, tendo em vista a competitividade das exportações brasileiras no mercado sul-sudanês. Há potencial de ampliação de negócios nos setores de transportes e infraestrutura.

POLÍTICA INTERNA

A história recente do Sudão do Sul é marcada por conflitos com o vizinho ao norte, o Sudão, os quais culminaram com a secessão sul-sudanesa em julho de 2011. As duas regiões, embora unidas por mais de 50 anos em um mesmo país, apresentam características distintas. O Norte possui população predominantemente árabe e muçulmana. O Sul é povoado por diversos grupos étnicos, sendo os majoritários os dinka e os nuer, entre os quais predominam o cristianismo e religiões tradicionais.

Os motivos para as dissensões entre as duas regiões remontam ao ano de 1821, quando o otomano Mohamed Ali Pasha dominou o Egito e o Sudão. O sul do Sudão era integrado à economia egípcio-sudanesa, para a qual fornecia, principalmente, escravos, madeira e marfim. O controle político turco-egípcio sobre o Sudão, contudo, nunca se firmou plenamente na região sul.

Em 1875, Ismail Pasha contratou o militar inglês George “Chinese” Gordon para consolidar o domínio turco-egípcio sobre o sul. Gordon tornou-se governador da província de Equatoria no atual Sudão do Sul e, mais tarde, governador-geral do Sudão. Nessa condição, Gordon impôs a abolição da escravidão para todo o Sudão. A decisão do britânico causou severa crise econômica e revoltas diversas. Essa situação foi aproveitada pelo sudanês Muhammad Ahmad Al-Mahdi, que uniu vasto exército islâmico e derrotou os ingleses, libertando o Sudão do domínio turco-egípcio.

A área que corresponde aos atuais estados do Sudão e do Sudão do Sul foi reconquistada por exército anglo-egípcio, liderado pelo britânico Lord Kitchener, em 1898. Desde então, o território sudanês foi governado, até 1956, pelo Condomínio Anglo-Egípcio. Os ingleses, contudo, decidiram separar formalmente a administração das duas regiões. A língua oficial adotada para a região foi o inglês, juntamente com línguas locais como o dinka, o nuer, o shilluk e o azande.

Em 1946, no entanto, quando os ingleses começaram a preparar sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram consolidar em Cartum a administração de toda a região que corresponde hoje aos dois estados.

Em 1954, após onda de protestos nacionalistas em Cartum, foi criado o parlamento sudanês, o que marcou o início do processo de independência do Sudão, obtida em 1º de janeiro de 1956. O governo do Sudão foi formado pela elite urbana de Cartum, de origem árabe, sem participação relevante do sul nos processos decisórios do país.

Primeira guerra civil sudanesa

A resposta do sul aos movimentos de Cartum veio um ano antes da independência. Em 1955, na cidade de Torit, militares do “Equatoria Corps” – forças do sul criadas pelos britânicos em 1917 – recusaram-se a cumprir ordens de se deslocar para o Norte.

O motim de Torit é considerado o início da primeira guerra civil sudanesa. Começou, então, o conflito entre Cartum e o movimento rebelde Anya Nya (nome que significa “veneno de serpente”, adotado, em 1963, pela guerrilha semiorganizada dos povos do sul sob a liderança de Joseph Lagu). Em 1969, com a tomada do poder em Cartum pelo Coronel Gaafar Nimeiry, abriu-se a possibilidade de negociar a paz. O novo governo do militar sudanês desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas.

Em 1972, foi assinado o Acordo de Adis Abeba entre o Anya Nya e Cartum, o qual dava autonomia relativa ao sul do Sudão. Conseguiu-se que a região fosse governada como uma só entidade, sem divisões e com grande independência face ao governo de Cartum. Membros do Anya Nya seriam integrados ao Exército sudanês e determinou-se que, no sul do Sudão, as forças armadas seriam compostas por número igual de contingentes sulistas e nortistas. O Acordo também estipulava valores para projetos de desenvolvimento no sul.

Segunda guerra civil sudanesa

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980, contudo, a paz entre o norte e o sul do Sudão deteriorou-se, levando ao reinício do conflito em junho de 1983. A causa imediata da retomada das hostilidades foi a decisão de Cartum de redividir o sul em três regiões, tomada em junho de 1983 pelo presidente Gaafar Nimeiry. Analistas argumentam que a ação buscava enfraquecer a liderança única da região sul, com vistas a facilitar a exploração do petróleo, descoberto pela Chevron em 1978/79 na região de Bentiu, no sul do país. Ademais, também em 1983, Nimeiry adotou a xaria (lei islâmica) em todo o território do país, e eliminou os códigos civil e penal então existentes, marginalizando a população sulista, em sua maioria cristã.

Em meio à deterioração da paz entre as duas regiões, alguns oficiais sulistas, sob a liderança do tenente-coronel John Garang de Mabior, fugiram para a Etiópia e fundaram, na cidade de Gambella, o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA). O braço político do grupo denominou-se, por sua vez, Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM).

Durante os governos dos Presidentes Nimeiry (1969-1985) e Sadiq Al-Mahdi (1986-1989), o exército sudanês estava enfraquecido, o que facilitou ao SPLA dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e a algumas regiões do norte. A partir de 1991, contudo, o SPLA começou a perder força, em função de mudanças no contexto regional e de divisões internas. Parte dos revoltosos, os chamados unionistas, tinha interesse na refundação do Sudão em bases mais inclusivas para a população do sul, sem recurso à secessão. Outra parte, os ditos secessionistas, advogavam a independência do sul do Sudão. Durante a década de 1990, continuaram os enfrentamentos entre SPLA, exército sudanês e outros grupos rebeldes sulistas.

O Acordo Abrangente de Paz (AAP)

Em 1999, mudanças políticas fizeram com que as lideranças sudanesas adotassem postura mais flexível e pragmática quanto à possibilidade de se buscar a paz. As negociações para o fim do conflito contaram com a ativa participação do organismo sub-regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, com sede no Djibuti) e intensificaram-se a partir de 2002. Naquele ano, assinou-se o Protocolo de Machakos (Quênia), que estabeleceu governo semiautônomo no sul do Sudão (o GoSS, Governo do Sul do Sudão) e assegurou aos sulistas representação política em Cartum, bem como metade da renda total da produção de petróleo, concentrada no sul do Sudão.

O Protocolo de Machakos abriu caminho para acordo de caráter definitivo, o Acordo Abrangente de Paz (AAP), celebrado em Nairóbi, em janeiro de 2005, que estabeleceu a realização de referendo sobre a independência do sul do país em prazo de 6 anos, bem como de consulta específica à população da região de Abyei, zona petrolífera limítrofe entre o Sul e o Norte, sobre qual dos dois territórios deveria integrar. As Partes, contudo, nos termos do AAP, deveriam empreender esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Assim como o Protocolo de Machakos, o AAP também estabeleceu termos para a representação política dos povos do sul, além de determinar o compartilhamento da riqueza advinda da extração de petróleo. O novo governo sudanês resultante do Acordo (o Governo de Unidade Nacional do Sudão) foi integrado por grupos políticos do Norte (NCP) e do Sul (SPLM), e tomou posse em julho de 2005. Previu-se, ademais, a realização de eleições gerais em 2010, tanto no sul quanto no norte.

Nesse contexto, o líder do SPLA, Salva Kiir Mayardit assumiu a presidência do GoSS e a primeira vice-presidência do Governo de Unidade Nacional do Sudão, em agosto de 2005, após a morte de John Garang, em acidente de helicóptero em Uganda. Kiir negociou com as diversas dissidências do SPLA e, em janeiro de 2006, o presidente do GoSS assinou a Declaração de Juba, pela qual as forças milicianas seriam integradas aos quadros do SPLA.

Nas eleições gerais de 2010, Kiir reelegeu-se presidente do GoSS por ampla maioria, o que lhe garantiu, nos termos do AAP, a vice-presidência do Sudão. Esse fato, aliado aos bons resultados obtidos pelo SPLM no pleito, foram fatores importantes para a realização do referendo de autodeterminação do sul.

Independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, referendo sobre a independência do sul do Sudão, com 98,83% do eleitorado optando pela secessão. O então Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, cujo regime encontrava-se isolado internacionalmente, aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses estipulado pelo próprio AAP, foi emitida declaração formal de independência do Sudão do Sul, mais jovem país do continente africano e do mundo. Salva Kiir assumiu a presidência do novo país.

A secessão sul-sudanesa tem importante caráter simbólico para a África. Trata-se do primeiro movimento endógeno no continente com vistas à redefinição de fronteiras, por votação e decisão consensuada de forma mútua.

Um dia antes da independência do Sudão do Sul, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estabeleceu, por meio da Resolução 1996 (2011), a UNMISS (Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul). Entre os objetivos da missão, destacam-se o auxílio na consolidação de instituições sul-sudanesas, por meio da cooperação para a formulação de políticas nacionais em diversas áreas; a proteção da população civil; e a promoção da participação nos processos políticos, com o auxílio para a preparação e realização de eleições. A UNMISS conta com a participação de policiais e militares brasileiros. Em novembro de 2021, o General de Brigada Marco Antônio Estevão Machado foi selecionado para o posto de Chefe do Estado-Maior (Force Chief of Staff) da UNMISS, por um período inicial de um ano.

Divisões políticas e grupos insurgentes

Com a secessão sul-sudanesa, as diversas forças políticas do país, frequentemente agrupadas em torno de interesses comunitários com matizes étnicos, passaram a disputar espaço por maior participação política nas instituições governamentais do novo país. Com isso, começam a surgir crescentes fissuras no amálgama político que havia sido moldado pelo SPLM em torno da causa comum de resistência a Cartum. Em cenário de dificuldades econômicas e de mau gerenciamento das receitas provenientes do petróleo, também aumentou o descontentamento de parte da população com o governo do SPLM.

Nesse contexto, o governo sul-sudanês passou a enfrentar focos de insurgência armada de diversos grupos que se sentiam alijados do poder. Entre esses grupos, destacou-se o Exército de Libertação do Sudão do Sul (SSLA), então liderado por George Athor, ex-General do SPLM, com aspirações ao governo do estado de Jonglei, no sudeste do país. Assim, logo após a independência, tensões internas próprias da sociedade sul-sudanesa, baseadas, em grande medida, em interesses comunitários de matiz étnico, ganharam força. Como resultado, multiplicaram-se grupos insurgentes e milícias armadas de caráter comunitário e tornaram-se mais comuns os confrontos intercomunitários.

A disseminação e violência dos confrontos intercomunitários elevaram as pressões internacionais para que os diversos grupos armados sul-sudaneses alcançassem uma resolução negociada para os conflitos.

Em 2012 e 2013 foram assinados acordos de paz entre o governo e diversos grupos insurgentes. Com isso, parte das tropas do SSLA e de outros grupos armados foi incorporada ao exército sul-sudanês. Os acordos não propiciaram, no entanto, solução definitiva para as clivagens estruturais, ainda latentes na sociedade do jovem país africano.

Conflito interno e início do processo de paz

Em meados de dezembro de 2013, teve início o maior conflito civil desde a independência do Sudão do Sul, em 2011. Dessa vez, as hostilidades tiveram caráter predominantemente político. Tratou-se da divisão do SPLM em facções lideradas pelo presidente Salva Kiir e pelo então vice-presidente Riek Machar.

Ao longo de 2013, parcela do SPLM/A passou a atribuir os insucessos no plano econômico e a turbulência social à atitude apaziguadora do Presidente Salva Kiir em relação ao Sudão, bem como a seu autoritarismo à frente do governo. Com a reforma do gabinete, em julho de 2013, tornou-se pública a cisão no SPLM. Foram trocados todos os 29 ministros e secretários-executivos, além do próprio vice-presidente, Riek Machar.

O clima tornou-se mais tenso quando Riek Machar, figura política autônoma também associada à luta pela secessão, anunciou a intenção de concorrer à presidência do SPLM, possivelmente em preparação ao lançamento de candidatura para concorrer às eleições presidenciais de 2015. Assim, à medida que se aproximava o prazo para as eleições gerais no país, acirrou-se o quadro de duras disputas intrapartidárias no seio do SPLM.

Em 15 de dezembro de 2013, homens armados não identificados iniciaram tiroteio na capital, Juba, próximo ao Palácio presidencial. O presidente Salva Kiir acusou Machar, em transmissão televisiva em cadeia nacional, de tentativa frustrada de golpe de estado. Apesar de negar a versão do presidente, Machar posteriormente assumiu o comando dos revoltosos, que passaram a intitular-se SPLM na Oposição. Mesmo com origem em divergências intrapartidárias, o conflito apresentou também contornos étnicos, pois Kiir e Machar pertencem aos dois maiores grupos étnicos do Sudão do Sul, dinka e nuer, respectivamente.

O conflito no Sudão do Sul, de ampla repercussão regional e internacional, tem sido objeto de amplos esforços de mediação liderados pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). As violações dos sucessivos compromissos de cessar-fogo, bem como a multiplicação dos grupos envolvidos na

disputa pelo poder constituem, contudo, desafios importantes no âmbito do atual processo de paz.

Em agosto de 2015, a IGAD auspiciou assinatura do Acordo sobre a Resolução de Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), que previu, entre outras medidas, a formação de governo de transição e partilha de poder. O mandato presidencial de Salva Kiir foi prorrogado e Riek Machar foi reconduzido à vice-presidência. Foi estipulado prazo até outubro de 2018 para a realização de novas eleições, com vistas à formação do novo governo.

A criação de governo de transição, contudo, não foi capaz de impedir nova escalada de violência no Sudão do Sul, a partir de 2016, quando novas cisões políticas impediram o avanço do processo de diálogo e reconciliação nacional. Em julho de 2016, Riek Machar, que havia sido reconduzido ao cargo de vice-presidente pelo ARCSS, novamente deixou o poder, exilando-se, pouco depois, na África do Sul. Além disso, grupos políticos e militares que não fizeram parte das negociações do ARCSS questionaram a legitimidade do governo de transição e união nacional e reivindicaram sua inclusão no processo negociador.

Os efeitos cumulativos dos anos de conflitos agravaram a crise humanitária no país. Segundo estudos do Banco Mundial, níveis extremos de insegurança alimentar aguda persistem em todo o país, afetando aproximadamente 6 milhões de sul-sudaneses, cerca de metade da população. Estima-se que 1,4 milhão de crianças menores de 5 anos sofram de desnutrição grave. A população deslocada pela crise humanitária permanece elevada, sendo estimada, em 2021, em 4 milhões de pessoas. Desse total, 1,6 milhão de pessoas são deslocados internos e cerca de 2,4 milhões são refugiados, abrigados em seis países vizinhos, sobretudo Uganda. Em 2020, a situação foi agravada por grandes inundações e pelos impactos da pandemia de covid-19.

Revitalização do processo de paz e situação atual

Nesse contexto, a IGAD lançou, em junho de 2017, iniciativa de revitalização do processo de paz do Sudão do Sul, com vistas à adoção de um cessar-fogo permanente e de cronograma realista para implementação do ARCSS, com vistas à realização de eleições democráticas no fim do período do governo de transição. A primeira fase do processo foi concluída em dezembro de 2017, com a assinatura de Acordo sobre Cessação de Hostilidades, Proteção de Civis e Acesso Humanitário. Em que pesem as violações do cessar-fogo, o acordo tem sido fundamental para garantir condições básicas de estabilidade no país.

A segunda fase do processo, iniciada em fevereiro de 2018, chegou a ser suspensa, por não haver consenso entre as partes sobretudo quanto à realização de eleições, sendo posteriormente retomada, em março de 2018. As negociações prosseguiram até 12 de setembro de 2018, quando foi assinado, pelas partes em conflito, o Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (R-ARCSS), em Adis Abeba. O Acordo prevê a criação de novo governo de transição com partilha de poder entre as partes envolvidas na negociação. Esperava-se que o novo governo fosse formado em 2019, mas discordâncias entre Salva Kiir e Riek Machar impediram que isso ocorresse.

Em 20 de fevereiro de 2020, Salva Kiir e Riek Machar alcançam um acordo, viabilizando a formação de novo governo de unidade nacional, empossado em 22 de fevereiro de 2020. Salva Kiir permaneceu na presidência e Riek Machar assumiu uma das quatro vice-presidências previstas no R-ARCSS. O governo de transição terá mandato de três anos, com eleições previstas para 2022.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Sudão do Sul pautou-se, de início, pela negociação de questões pendentes com o vizinho do norte (República do Sudão), após o processo de secessão, sobretudo os termos de partição dos recursos provenientes da venda de petróleo, cujo escoamento ainda se dá pelo território do norte, e a demarcação da fronteira comum. Com a eclosão do conflito interno sul-sudanês, contudo, essas frentes de negociação perderam prioridade e dinamismo, na medida em que a agenda internacional de Juba passou a centrar-se na mediação do conflito. A política externa do Sudão do Sul tem-se confundido, desde então, com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país.

Relacionamento Sudão do Sul - Sudão

Desde meados de 2012, as relações entre o Sudão do Sul e o Sudão têm registrado processo de distensão, que resulta de postura pragmática, tanto de Juba quanto de Cartum. Ao avaliar que o diálogo construtivo entre os dois países é condição essencial para a prosperidade de ambos, bem como para a paz e a estabilidade na região, as autoridades dos dois países têm obtido avanços nas negociações políticas das divergências em relação aos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e a demarcação da fronteira comum. Em setembro de 2012, mês marco nesse processo de distensão, os Presidentes do Sudão

do Sul e do Sudão firmaram importante acordo em Adis Abeba, comprometendo-se a retirar suas tropas da área de fronteira e retomar a produção e escoamento de petróleo, entre outras medidas.

Divergência fronteiriça mais importante, que persiste até os dias atuais, refere-se à região de Abyei, situada em área disputada entre grupos nômades pastoris (Misseriya), de origem árabe, tradicionalmente aliados a Cartum, e tribos sedentárias (Ngok-Dinka), de origem sul-sudanesa, aliadas ao SPLM/A. A região tem também importância econômica, dada a presença de grandes reservas petrolíferas e infraestrutura para sua extração e transporte. No âmbito das negociações do AAP, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local para a definição de sua nacionalidade. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o Norte).

A fim de monitorar a desmilitarização e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), que criou a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), que conta com participação de militares brasileiros. No contexto do atual conflito no Sudão do Sul, as negociações sobre a questão de Abyei foram praticamente interrompidas.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. Após a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a deter cerca de 75% das reservas de petróleo que antes pertenciam ao Sudão unificado. O território ao norte (República do Sudão), por sua vez, concentra as infraestruturas necessárias para refino e exportação do hidrocarboneto, de modo que o Sudão do Sul passou a acumular dívida com o país vizinho relativa aos custos de escoamento da produção de petróleo.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção de petróleo em seu território, em razão de valores, que considerava abusivos, cobrados pelo norte para escoamento e embarque de seu produto. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, ambos os países acordaram tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa. Embora tenham sido considerados planos de construção de oleoduto alternativo, com vistas à exportação da produção de petróleo sul-sudanesa pelo território da Etiópia ou do Quênia, o Sudão permanece, até o momento, como única alternativa logística.

Desde o recrudescimento da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, o Sudão passou a receber importante contingente de refugiados provenientes de zonas afetadas pelo conflito. Atualmente, estima-se em mais de 790 mil os refugiados sul-sudaneses no Sudão.

Uganda e Quênia

O Sudão do Sul passou, com a independência, a fortalecer vínculos com a região dos Grandes Lagos, em particular com Uganda e Quênia, países que constituem alternativas, a médio prazo, para o escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa e que possuem crescentes interesses econômicos no Sudão do Sul.

Uganda foi dos mais ativos apoiadores da secessão do Sudão do Sul. Preocupava o governo ugandense o risco de internacionalização do conflito civil sul-sudanês, além dos grandes deslocamentos humanos sul-sudaneses rumo a seu território. Estima-se em mais de 1 milhão o número de refugiados sul-sudaneses em Uganda, país que mais acolhe refugiados sul-sudaneses. Tendo em conta o interesse concreto na estabilidade do governo sul-sudanês, Uganda realizou ações militares no país em janeiro de 2014, com vistas a bloquear a escalada do atual conflito civil. Devido ao seu engajamento em outras crises regionais, sobretudo na Somália, Uganda logo passou a declarar, contudo, sua preferência pelo recurso à mediação na busca por solução para o conflito no Sudão do Sul.

IGAD E EAC

Como meio de diversificar seu relacionamento bilateral e consolidar alternativas regionais a seus fortes vínculos históricos e econômicos com a República do Sudão, o Sudão do Sul solicitou e obteve adesão à Comunidade da África Oriental (EAC), mecanismo de integração abrangente dos países da região (Quênia, Ruanda, Uganda, Tanzânia e Burundi). O Sudão do Sul aderiu, também, a outros dois importantes organismos sub-regionais: a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL). A IGAD é a organização sub-regional do Chifre da África, de que participam, além do Sudão do Sul, Djibuti (onde está sua sede), Etiópia, Eritreia, Somália, Sudão, Quênia e Uganda. A CIRGL, além do Sudão do Sul, tem por membros Angola, Burundi, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Quênia, Uganda, Ruanda, Sudão, Tanzânia e Zâmbia.

Etiópia

A Etiópia, que atua intensamente nos esforços de mediação desenvolvidos pela IGAD, como já observado, tem interesses concretos na estabilidade sul-sudanesa. Desde o início dos confrontos, mais 400 mil sul-sudaneses se refugiaram no território etíope, segundo o ACNUR. Além do empenho em alcançar solução política para o conflito, o país é um dos maiores contribuintes de tropas para a UNMISS. A UNISFA (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei), região disputada, como já mencionado, por Sudão e Sudão do Sul, é composta, em sua grande maioria por efetivos etíopes (cerca de 4350 tropas).

Relações extracontinentais

Logo após sua independência, o Sudão do Sul contou com boas relações com os países ocidentais, sobretudo com os Estados Unidos e o Reino Unido, que participaram ativamente na articulação da autodeterminação sul-sudanesa. Desde 2011, EUA, Reino Unido, Holanda e Noruega constituem os principais fornecedores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para o Sudão do Sul.

Contudo, com a eclosão do conflito civil, em 2013, o país passou a ser objeto de atenções redobradas de parceiros extrarregionais, que têm exortado os sul-sudaneses a resolver suas diferenças de forma pacífica e em consonância com os esforços regionais de mediação. Nesse contexto, em 2014, os EUA editaram ordem executiva que estabelece sanções financeiras contra indivíduos e grupos que ameacem a paz, a segurança ou a estabilidade do Sudão do Sul. Em março de 2015, o CSNU adotou a Resolução 2206, que estabeleceu regime de sanções contra o país, com previsão de extensão às personalidades que não colaborassem para a solução do conflito. O regime de sanções contra o Sudão do Sul tem sido renovado pelo CSNU. A última renovação ocorreu em outubro de 2021, pela Resolução 2815, com vigência até 31 de outubro de 2022.

Desde o início de 2018, o Sudão do Sul foi objeto de renovadas pressões internacionais para que o acordo de cessação de hostilidades assinado em dezembro de 2017 seja respeitado e as partes se engajem construtivamente nas negociações. Após o presidente da Comissão da IGAD declarar-se favorável à aplicação de sanções contra indivíduos que têm buscado obstaculizar o processo de paz no Sudão do Sul, em fevereiro de 2018, foi anunciada, naquele mês, a proibição da exportação de armas pelos EUA para o país africano, bem como a imposição de sanções contra autoridades sul-sudanesas pela União Europeia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Sudão do Sul está baseada e na exploração do petróleo, cujas reservas, estimadas em 3,5 bilhões de barris, são consideradas o terceiro maior total da África subsaariana. O conflito interno, no entanto, tem prejudicado fortemente a economia do país, ao interromper a produção de petróleo. A agricultura e a pecuária são apontadas como as áreas mais promissoras para a promoção de uma necessária diversificação da economia, tendo em vista a grande disponibilidade de terras férteis no país. Estudos da FAO divulgados por ocasião da independência do Sudão do Sul (2011), indicavam que apenas 4,5% das terras disponíveis para a agricultura são efetivamente cultivadas. Embora o país tenha elevado potencial agrícola, os impactos negativos dos conflitos na agricultura familiar, fazem com que o Sudão do Sul dependa da importação de alimentos, o que aumenta consideravelmente a exposição do país a choques externos.

A economia sul-sudanesa depende também da ajuda internacional, proveniente sobretudo dos Estados Unidos e da União Europeia. Os doadores, contudo, têm-se mostrado cautelosos em razão da persistente instabilidade política.

A eclosão do conflito civil, em 2013, impactou negativamente a economia do Sudão do Sul ao minar os esforços de desenvolvimento pós-independência, afastar investimentos produtivos e comprometer a exploração do petróleo, que responde por grande parte da renda do país.

O reinício dos conflitos internos, em julho de 2016, neutralizou os poucos ganhos de desenvolvimento alcançados pelo Sudão do Sul desde sua independência. Como consequência, a economia sul-sudanesa permanece frágil e instável. Cerca de 82% da população do país vive abaixo da linha da pobreza, de acordo com as estimativas mais recentes do Banco Mundial.

A assinatura de acordo de paz, em 2018, e a formação do governo de transição, em 2020, viabilizaram a retomada da produção de petróleo, interrompida pelo conflito interno. O reinício da exploração petrolífera abriu a possibilidade para recuperação econômica, embora esse cenário positivo tenha sido dificultado pelos impactos econômicos da pandemia de covid-19.

Segundo o Banco Mundial, a economia sul-sudanesa havia se recuperado significativamente antes da pandemia de covid-19, com o crescimento real do produto interno bruto (PIB) atingindo 9,5% no ano fiscal 2019-2020. O setor de petróleo continuou a ser o principal impulsionador do crescimento, com produção

estimada de 62,1 milhões de barris no mesmo período, representando um aumento de 26,5% em relação aos 49,1 milhões de barris produzidos no ano fiscal anterior. No setor agrícola, a área cultivada aumentou 6% em 2020 em relação ao ano anterior, mas ainda está aquém dos níveis anteriores ao conflito.

O FMI prevê retração da economia sul-sudanesa de cerca de 4% no ano fiscal 2020-2021, em consequência da queda do preço do petróleo e de fortes enchentes registradas nesse período. Nesse contexto, o Fundo aprovou, em março de 2021, ajuda ao Sudão do Sul de US\$ 174,2 milhões, na modalidade Rapid Credit Facility (RCF)

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1821	O otomano Mohamed Ali Pasha domina o Egito e o atual Sudão. Tribos do sul iniciaram contatos com os estrangeiros.
1899	Domínio inglês da região do Sudão. Sul e norte são separados em administrações distintas.
1946	Conferência de Juba decide consolidar em uma só entidade administrativa norte e sul do Sudão.
1954	Início do processo de independência do Sudão com a criação do parlamento.
1955	Motim no Sul dá início à Primeira Guerra Civil sudanesa.
1956	Independência do Sudão.
1972	Acordo de Adis Abeba põe fim ao conflito civil entre norte e sul. O sul passa a constituir entidade administrativa única a ser administrada com elevado grau de autonomia.
1983	Reinício do conflito civil. É fundado, na Etiópia, o Exército de libertação do Povo do Sudão (SPLA).
1999	Retomada das negociações entre Cartum e rebeldes do sul. Atuação da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organismo regional sediado no Djibuti.
2005	Assinatura, em Nairóbi, do Acordo Abrangente de Paz (AAP). Previsão de realização de referendo sobre a secessão do sul, em 6 anos. Retorno imediato da autonomia do Sul. Realização de eleições gerais em 2010. Repartição das receitas do petróleo e o estabelecimento de governo de unidade nacional.
2005/ago	Salva Kiir, fundador do SPLA assume a presidência do governo do Sul do Sudão e a vice-presidência no governo de Unidade Nacional.
2006	Governo do Sul do Sudão adota a Declaração de Juba, que previu a

	integração de milícias rebeldes ao SPLA.
2010	Reeleição de Salva Kiir como presidente do governo do Sul do Sudão, no âmbito das eleições gerais sudanesas.
2011/jan	Referendo sobre a independência do sul do Sudão, em que mais de 98% dos votos são favoráveis à separação.
2011/mai	Conflitos entre o sul e o norte culminam com a tomada de Abyei pelo Norte. Após acordo para a desmilitarização da região, CSNU criou a Força Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA).
2011/jul	Independência do Sudão do Sul.
2012/jan	Governo sul-sudanês interrompe fornecimento de petróleo, em razão dos preços cobrados pelo Sudão para o escoamento e embarque do produto.
2012/abr	Deterioração da situação na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul.
2012/mai	Retomada das negociações entre os dois países.
2012/set	Assinados os Acordos de Adis Abeba, que estabelecem condições para retirada de tropas da região de fronteira, criação de zona desmilitarizada e retomada da produção de petróleo sul-sudanesa.
2013/abr	Retomada da produção de petróleo sul-sudanesa. O Presidente sudanês Omar Al-Bashir realiza a primeira visita a Juba após a independência.
2013/dez	Eclosão do atual conflito civil, opondo forças lideradas pelo presidente Salva Kiir às comandadas pelo ex-vice-presidente Riek Machar.
2014/jan	Sob os auspícios da IGAD, foi assinado o Acordo para a Cessação de Hostilidades, que se tornou uma das principais referências dos esforços de mediação política da crise sul-sudanesa. Não obstante os sucessivos compromissos de cessar-fogo firmados após esse acordo, jamais cessaram os episódios de enfrentamentos entre as partes em conflito.
2015/ago	Sob auspícios da IGAD foi assinado o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), que previu a formação de Governo Transitório de União Nacional e estipulou prazo até outubro de 2018 para a realização de novas eleições.
2016/abr	Riek Machar retorna a Juba e assume a vice-presidência no novo governo de união. Em julho é demitido e volta ao exílio.
2017/jun	IGAD lança o Fórum de Alto Nível para a Revitalização do ARCSS, para discutir medidas necessárias ao cessar-fogo permanente e à revisão e adoção de cronograma realista para a realização de eleições democráticas.
2017/dez	Assinatura do Acordo sobre Cessação de Hostilidades, Proteção de Civis e Acesso Humanitário.
2018/set	Assinatura do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (R-ARCSS), em Adis Abeba.
2020/fev	Assinatura de acordo de paz entre Salva Kiir e Riek Machar. Formação

	de novo governo de unidade nacional no Sudão do Sul, com base no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no país, assinado em 2018.
--	---

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

9/1/2011	Governo brasileiro envia missão de observadores ao referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.
9/7/2011	Governo brasileiro é representado na cerimônia de independência do Sudão do Sul pelo então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto. Na ocasião, o representante brasileiro assinou, juntamente com o Chanceler sul-sudanês, comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o Sudão do Sul.
7/2/2013	Decreto nº 7914 cria a Embaixada brasileira em Juba, cumulativa com Adis Abeba.
2016	O Governo brasileiro saúda o retorno de Riek Machar a Juba e sua assunção ao cargo de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão do Sul, marcos importantes na implementação do processo de solução política para o conflito sul-sudanês, ancorado no acordo de paz alcançado pelas partes em agosto de 2015 (27 de abril)
2020	O governo brasileiro saúda o estabelecimento, no último dia 22 de fevereiro, de governo de transição no Sudão do Sul, com base no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no país, assinado em 2018 (fevereiro).